



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE MEDICINA**

**CONDIÇÕES DE TRABALHO E TRANSTORNOS
MENTAIS COMUNS EM PROFESSORES DO
ENSINO FUNDAMENTAL DE AVARÉ – SP**

Patrícia Estela Monteiro Pereira

Dissertação apresentada à Faculdade de Medicina, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de Botucatu, para obtenção do título de mestre em Saúde Coletiva.

Orientadora: Profa. Adjunta. Maria Cecília Pereira Binder

**Botucatu
2016**

Patrícia Estela Monteiro Pereira

**CONDIÇÕES DE TRABALHO E
TRANSTORNOS MENTAIS COMUNS EM
PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL DE
AVARÉ – SP**

Dissertação apresentada à Faculdade de
Medicina, Universidade Estadual Paulista
“Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de
Botucatu, para obtenção do título de mestre
em Saúde Coletiva.

Orientadora: Profa. Maria Cecília Pereira Binder

BOTUCATU
2016

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA SEÇÃO TÉC. AQUIS. TRATAMENTO DA INFORM.
DIVISÃO TÉCNICA DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO - CÂMPUS DE BOTUCATU - UNESP
BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL: ROSANGELA APARECIDA LOBO-CRB 8/7500

Pereira, Patrícia Estela Monteiro.

Condições de trabalho e transtornos mentais comuns em professores do ensino fundamental de Avaré-SP / Patrícia Estela Monteiro Pereira. - Botucatu, 2016

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Medicina de Botucatu

Orientador: Maria Cecília Binder Pereira
Capes: 40602001

1. Saúde e trabalho. 2. Professores - Saúde mental. 3. Ambiente de trabalho. 4. Professores de ensino fundamental. 5. Doenças mentais.

Palavras-chave: professores; saúde mental; trabalho e saúde.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autora: Patrícia Estela Monteiro Pereira

**Título: CONDIÇÕES DE TRABALHO E TRANSTORNOS MENTAIS COMUNS
EM PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL DE AVARÉ – SP**

Dissertação apresentada à Faculdade de Medicina, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de Botucatu, para obtenção do título de Mestre em Saúde Coletiva.

Orientadora

Profa. Adjunta. Maria Cecília Pereira Binder
Instituição: Faculdade de Medicina de Botucatu - UNESP

Comissão examinadora

Prof. Dra Maria Dionísia do Amaral Dias
Instituição: Faculdade de Medicina de Botucatu - UNESP

Profa. Dra. Mara Alice Batista Conti Takahashi
Instituição: Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Piracicaba-SP

Botucatu, 2016

DEDICATÓRIA

Aos professores que participaram deste estudo, pela dedicação e
comprometimento de educar.

À minha família, da qual muitas vezes precisei me ausentar, pela
compreensão e apoio.

Aos meus amigos docentes que incentivaram e apoiaram a minha busca
pelo conhecimento.

Ao meu marido, pelo seu amor e pelas palavras de conforto nos
momentos em que mais precisei.

Aos meus alunos, que entenderam minhas ausências.

À minha secretária e babá das minhas filhas que muito me ajudou na realização
dessa dissertação.

AGRADECIMENTOS

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

À estimada professora Maria Cecília Pereira Binder, que muito me ensinou desde o início da minha trajetória na saúde do trabalhador, pela motivação como educadora, pela admiração que tenho pela sua pessoa, pelo empenho e disponibilidade demonstrados durante a elaboração deste trabalho, a minha imensa gratidão por me auxiliar na realização deste sonho.

Ao colega e amigo Valdir Alves, meu muito obrigada pelo muito contribuiu durante meus primeiros passos na área da Saúde do Trabalhador.

À Secretária Municipal de Educação de Avaré - SP, pela indispensável colaboração, possibilitando a realização deste estudo.

Aos diretores e equipes das escolas em que este estudo se desenvolveu, pelo acolhimento, atenção e colaboração durante a fase de campo desta pesquisa.

À Faculdade Sudoeste Paulista, pelo apoio na realização dessa dissertação.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor doutor **Adriano Dias**, pelo auxílio prestado e pelas recomendações que contribuíram para o enriquecimento deste estudo e pela assistência e realização da análise estatística dos resultados.

À Professora doutora Cristiane Murta, pelas valiosas sugestões.

À professora **Aline Danaga**, pela disponibilidade de atender minhas variadas solicitações durante o desenvolvimento deste trabalho.

Ao **Wagner Barboza**, do departamento de Saúde Pública, pela atenção e disponibilidade, ajudando a resolver os vários problemas surgidos na utilização do programa Excel.

À **Secretaria de Administração de Avaré**, pelo importante apoio recebido.

À minha tia **Anita de Fátima Andrades**, pela presteza e dedicação em me ajudar a digitar os resultados deste trabalho.

Às minhas antigas colegas de trabalho no CEREST **Regiane Araújo, Patrícia Duarte**, pelo incentivo no início desta pesquisa.

Ao professor e amigo **Nelson Serrão Jr.**, meu respeito, admiração pelo seu trabalho e minha gratidão pelo incentivo e persistência em me conduzir para o campo da pesquisa científica.

À minha grande amiga **Fernanda Righi Chadad**, pela sua preciosa amizade, carinho e colaboração inestimável neste estudo.

Aos professores **Diego Silvestre, Márcia, David, Sandra Domingues**, agradeço profundamente pelo importante apoio e orientações que amenizaram as minhas dificuldades possibilitando a continuidade e conclusão deste trabalho.

À minha secretária e babá de minhas filhas pela dedicação às meninas, que tornou possível a realização deste mestrado.

RESUMO

CONDIÇÕES DE TRABALHO E TRANSTORNOS MENTAIS COMUNS EM PROFESSORES DA REDE BÁSICA MUNICIPAL DE ENSINO DE AVARÉ - SP

Estudo epidemiológico de corte transversal realizado entre professores do ensino fundamental da Secretaria Municipal de Educação de Avaré – SP, com objetivo de investigar associação entre condições de trabalho e ocorrência de transtornos mentais comuns (TMC). Participaram 244 professores, dos 312 exercendo atividades docentes durante a pesquisa de campo. A coleta de informações, no primeiro semestre de 2014, foi efetuada por meio de questionário autoaplicado não identificado, composto por 80 itens. Foi investigada existência de associação entre fatores pessoais, do trabalho, satisfação no trabalho, situação de trabalho segundo modelo de Karasek por meio do *job content questionnaire* (JCQ) e ocorrência de transtornos mentais comuns por meio do self reporting questionnaire (SRQ-20). As variáveis de exposição foram: fatores relacionados à pessoa, ao trabalho, satisfação / insatisfação com o trabalho e situação de trabalho de acordo com o modelo demanda-controle de Karasek e, a variável de desfecho, transtornos mentais comuns (TMC). Os resultados obtidos foram analisados por meio de regressão logística múltipla. Observou-se elevada prevalência de TMC na casuística estudada (48,8%). No ajuste do modelo de regressão logística condicional múltipla, permaneceram associados à ocorrência de TMC lecionar em duas escolas, dispor de materiais necessários ao exercício das atividades, não acreditar na permanência no emprego por muitos anos sob as mesmas condições de trabalho, e estar submetido a exigências psicológicas elevadas (modelo demanda-controle). A prevalência de TMC segundo o estabelecimento de ensino variou de 12,5% a 87,5%. Os resultados indicam necessidade de intervenção do poder público de Avaré – SP visando à melhoria das condições de trabalho dos professores do ensino fundamental municipal e, conseqüentemente, a elevação do grau de saúde dos professores.

ABSTRACT

WORK CONDITIONS AND COMMON MENTAL DISORDERS AMONG SCHOOL TEACHERS FROM OF THE CITY OF AVARÉ, SAO PAULO STATE

Cross-sectional survey, undertaken after approval by the Committee of Ethics in Research of the Faculty of Medicine Botucatu – UNESP, on first grade school teachers employed by the local education authority of the city of Avaré, Sao Paulo state. Out of a total of 312 active teachers from 24 local authority schools, 244 participated in the study. The data was collected from April to May 2013 using an anonymous self-reporting questionnaire.

Consisting of 80 items, the survey covered socio-demographic and occupational factors, as well as the occurrence of common mental disorders (CMD), and the degree of job satisfaction. Work related psychological demands were also evaluated, as well as the degree of control by teachers in relation to their own work and the social support received in work, utilising the *Job Content Questionnaire* (JCQ), according to Kasarek's model. The occurrence of common mental disorders, CMD, was investigated through the *Self-Reporting Questionnaire* (SRQ-20). The socio-demographic and occupational factors comprised the exposure variables, and the common mental disorders the conclusion variable. The results were analysed through the use of multiple logistic regression. It has been observed a frequency of 48,7% of CMD. In the adjustment of the logistical regression of multiple conditions model, the following characteristics remained associated with the occurrence of common mental disorders, number of schools that teachers work, have been victim of violence at work, not to believe to be able to remain in work without too many difficulties and for many years with the same work conditions, as well as to be part in and highly stressing active work situations. The high prevalence of CMD amongst teachers suggests the need for public intervention by the local authority with the aim of improving the work conditions and mental health of the teachers in municipal schools in Avaré – São Paulo state.

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1	Professores do ensino fundamental da Secretaria de Educação de Avaré – SP, de acordo com as variáveis relativas à pessoa.	54
Tabela 2	Professores do ensino fundamental da Secretaria Municipal de Educação de Avaré - SP, segundo características do trabalho.	56
Tabela 3	Distribuição dos professores do ensino fundamental da Secretaria Municipal de Educação de Avaré-SP, segundo algumas opiniões sobre o trabalho.	61
Tabela 4	Professores do ensino fundamental da Secretaria Municipal de Educação de Avaré-SP, distribuídos segundo modelo de Karasek.	66
Tabela 5	Transtornos mentais comuns em professores do ensino fundamental da Secretaria Municipal de Educação de Avaré-SP, segundo variáveis relacionadas à pessoa.	72
Tabela 6	Transtornos mentais comuns em professores do ensino fundamental da Secretaria Municipal de Educação de Bauru-SP, de acordo com algumas características do trabalho.	74
Tabela 7	Transtornos mentais comuns em professores do ensino fundamental da secretaria municipal de educação de Avaré – SP, de acordo com algumas opiniões sobre o trabalho.	80
Tabela 8	Transtornos mentais comuns em professores do ensino fundamental da Secretaria Municipal de Educação de Avaré-SP, segundo situação de trabalho definida de acordo com o modelo de Karasek.	82
Tabela 9	Variáveis de exposição que permaneceram no modelo de regressão logística múltipla e que se mantiveram associadas à ocorrência de transtornos mentais comuns	85

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Transtornos mentais comuns segundo escola de ensino fundamental da Secretaria Municipal de Educação de Avaré – SP.	70
-----------	--	----

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1	Esquema demanda-controle segundo Karasek	47
Figura 2	Distribuição dos professores segundo as pontuações obtidas para demandas psicológicas e grau de controle sobre o trabalho de acordo com o Modelo de Karasek.	68
Figura 3	Transtornos mentais comuns entre professores do ensino fundamental da Secretaria Municipal de Educação de Avaré-SP, segundo situação de trabalho de acordo com o modelo de Karasek.	82

SUMÁRIO

Preâmbulo	14
1. Introdução.....	16
1.1. O trabalho do professor.....	24
1.2. Trabalho e saúde dos professores	28
1.3. Satisfação no trabalho e saúde mental	31
1.4. Estresse no trabalho: o modelo de Karasek.....	33
1.5. Transtornos mentais comuns	34
2. Justificativa	37
3. Objetivos.....	41
4. Métodos.....	41
4.1. Critérios de inclusão na casuística	42
4.2. Procedimentos.....	43
4.3. Instrumento de coleta de informações.....	44
4.4. Análise dos dados.....	48
4.5. Caracterização de Avaré - SP e sua rede de ensino	49
5. Resultados e Discussão	51
5.1. Características gerais da casuística	52
5.2. Algumas características do trabalho.....	55
5.3. Opiniões sobre o trabalho.....	60
5.4. Situação de trabalho segundo modelo de Karasek	64
5.5. Prevalência de transtornos mentais comuns	69
5.6. Identificação de fatores de risco para transtornos mentais comuns.....	71
6. Considerações finais.....	90
7. Referências.....	93
Anexos.....	107
1. Aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da FMB-UNESP	108
2. Autorização da Secretaria Municipal da Educação de Avaré – SP.....	112
3. Carta de esclarecimento aos professores	113
4. Termo de consentimento livre e esclarecido.....	114
5. Questionário aplicado	115

PREÂMBULO

Minha atenção para a saúde do trabalhador foi despertada por volta de 2005, quando comecei a trabalhar no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Avaré-SP, como fisioterapeuta. Em função do trabalho exercido nesse Centro, pude participar do primeiro curso de especialização em Saúde do Trabalhador, realizado na Faculdade de Medicina de Botucatu – Unesp, que me propiciou aprofundar o estudo de vários aspectos relacionados à problemática Trabalho e Saúde. Como trabalho de conclusão de curso, realizei uma pesquisa com os motoristas de ambulância da Prefeitura Municipal de Avaré.

Além de trabalhar no centro de referência, exercia – e continuo exercendo até o presente – a função de professora de fisioterapia em saúde do trabalhador na Faculdade Sudoeste Paulista.

Considero minha decisão de prosseguir estudando aspectos das influências do trabalho no processo saúde-doença consequência natural, tanto da minha experiência no centro de referência, como da realização do curso de especialização em Saúde do Trabalhador e da minha inserção como professora da Faculdade Sudoeste Paulista. Assim, realizar o mestrado na instituição em que havia me especializado em Saúde do Trabalhador foi uma consequência, a meu ver, natural.

Na função de fisioterapeuta do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador, aproximei-me das numerosas e variadas dificuldades enfrentadas pelos servidores, sobretudo entre os professores (problemas de saúde física e mental, absenteísmo, afastamentos, sobrecarga de trabalho, dificuldades de adaptação e de relacionamento interpessoal, estresse no trabalho, agressões por alunos, dificuldades para lidar com problemas de disciplina / comportamento em sala de aula, de aprendizagem dos alunos etc.).

Tendo sido aluna da professora Cecília no curso de especialização, procurei-a para obter orientação sobre como proceder para fazer o mestrado, tendo recebido a sugestão de abordar a categoria dos professores, uma vez que já havia tido contato profissional com alguns deles enquanto fisioterapeuta, além de, eu mesma, pertencer ao magistério.

Diante disso, foi se delineando um quadro que me pareceu importante aprofundar e que acabou desembocando neste estudo, voltado à investigação de associações entre trabalho e ocorrência de transtornos mentais entre professores do ensino fundamental da rede pública municipal de Avaré – SP.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho constitui atividade intencional, consciente, com finalidade determinada, razão pela qual se considera que apenas os seres humanos trabalham. E, ao fazê-lo, modificam a natureza e a si mesmos.

O trabalho é o meio pelo qual o Homem se constitui sujeito e é de fundamental importância para sua sobrevivência, o que faz dele a única espécie capaz de sobreviver em todas as latitudes do planeta.

Do ponto de vista da Psicologia Organizacional e do Trabalho, a palavra trabalho, segundo Borges e Yamamoto (2004), pode significar diferentes objetos e corresponder a diferentes constructos como motivação, comprometimento, satisfação, socialização, estresse, qualidade de vida. Relações de poder, natureza do trabalho, forma de contratação, grau de complexidade das tarefas, grau de qualificação exigido, tipo de esforço exigido, remuneração e formas de pagamento, dentre várias outras, constituem facetas pelas quais o trabalho pode ser abordado.

De acordo com Kurz (1999) o Capitalismo, ao tratar o trabalho como mercadoria, contribui para a degradação do homem, em virtude de alienar, explorar, inibir seu desenvolvimento, diminuir sua autoestima, dentre tantos outros efeitos. E, nas crises periódicas desse modo de produção, a taxa de exploração dos trabalhadores tende a aumentar.

Segundo Antunes (1995, 2012, 2013), as transformações que vem ocorrendo no mundo do trabalho nas últimas décadas, sobretudo a partir de meados dos anos 70 do século passado, relacionam-se, por um lado, com o acentuado e progressivo desenvolvimento tecnológico (microeletrônica, automação, robótica, desenvolvimento de novos materiais, informática, telecomunicações, etc.) e, por outro lado, com as recentes crises do capitalismo, iniciadas aproximadamente na mesma ocasião. Para Antunes (2010), trata-se de crise estrutural do capital que

fez com que, entre tantas outras consequências, o mundo produtivo implementasse vastíssimo processo de reestruturação, visando a recuperação do seu ciclo de expansão e, ao mesmo tempo, recompor seu projeto de dominação societal, abalado pela confrontação do trabalho dos anos de 1960, que questionou alguns dos pilares da

sociabilidade do capital e de seus mecanismos de controle social. (p. 21)

Tais mudanças nos processos produtivos, denominadas de acumulação flexível, segundo Antunes (2010) baseiam-se na “*flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo*” (p.21) e vêm acompanhadas de desemprego estrutural em escala global. Para este autor, o padrão fordista vem sendo progressivamente substituído ou mesclado pelo toyotismo e os direitos do trabalho, fruto de conquistas dos trabalhadores ao longo de séculos, flexibilizados - eufemismo que designa perda progressiva de direitos trabalhistas e securitários.

A incorporação tecnológica não implicou diminuição da taxa de exploração do trabalho pelo capital, pois, a terceira revolução industrial acabou por desencadear a denominada “*crise da terceira revolução industrial*” constituída pela diminuição da mais valia relativa e pelo retorno à exploração da mais valia absoluta. Intensificação do trabalho, prolongamento da jornada de trabalho e redução da proteção social ao trabalho indicam retorno à exploração da mais valia absoluta o que, segundo Kurz (1999), vem revelando cada vez mais a face bárbara do Capitalismo.

Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010), ao analisar o desgaste mental dos trabalhadores face às novas relações de trabalho, assinalam que a acumulação flexível, visando manter os níveis de acumulação, utiliza-se do aumento das taxas de exploração dos trabalhadores, com graves consequências para a qualidade de vida e para a saúde.

Pochmann (1999 e 2001) considera a década de 90 do século passado como marco das transformações contemporâneas no mundo do trabalho no Brasil, fruto das políticas neoliberais, orientadas pelo Consenso de Washington de 1989 e aliada à concentração do desenvolvimento científico e tecnológico nas grandes corporações, cujo efeito tem sido agravar a exclusão de muitos países do espaço econômico. No Brasil, os anos de 1990 caracterizaram-se por aumento do desemprego e da precarização do trabalho, com diminuição da massa salarial e retrocesso

produtivo, de sorte que, no curto espaço de doze anos, 1986 para 1998, o Brasil passou da 13^a para a 4^a posição no mundo em termos de desemprego.

Já, de 2003 a 2011, segundo Santos (s/d), em termos de emprego verificou-se no país um quadro alentador, com a taxa de desemprego decrescendo de 12%, para menos de 6% e tornando-se uma das mais baixas do mundo. E, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2014), nos anos de 2013 e 2014 houve diminuição, tanto do desemprego, como do trabalho informal. Em setembro de 2014 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014) registrou taxa de desemprego de 4,9%.

Todavia, a partir de 2015 o país vem apresentando queda progressiva do nível de emprego, com destaque para o setor industrial, mas que atinge também o setor de serviços.

Os professores, trabalhadores do setor de serviços, fazem parte da **classe-que-vive-do-trabalho**, denominação utilizada por Antunes (1999) para validar contemporaneamente o conceito de classe trabalhadora segundo Marx:

a classe trabalhadora, hoje inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos [...] incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo assalariado. [...] engloba também os trabalhadores improdutivos, aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço, seja para uso público ou para o capitalista e que não se constituem como elemento diretamente produtivo, como elemento vivo do processo de valorização do capital e de criação de mais valia. São aqueles em que, segundo Marx, o trabalho é consumido como valor de uso e não como trabalho que cria valor de troca (Antunes, 1999. p 102).

Uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital (Antunes, 1999. p 103).

A classe trabalhadora hoje exclui, naturalmente, os gestores do capital, seus altos funcionários, que detém papel de

controle do processo de trabalho, de valorização e reprodução do capital no interior das empresas e que recebem rendimentos elevados [...] aqueles que, de posse de um capital acumulado, vivem da especulação e dos juros. Exclui também, em nosso entendimento, os pequenos empresários, a pequena burguesia urbana e rural proprietária” (Antunes, 1999. p 104).

Antunes (1999) inclui ainda os desempregados nessa classe, uma vez que estar desempregado não é fruto de decisão própria dos indivíduos, mas consequência da lógica do capital.

Para Kuenzer e Caldas (2009):

O primeiro pressuposto teórico a ser considerado na análise das possibilidades transformadoras do trabalho docente é que ele é parte da totalidade constituída pelo trabalho no capitalismo, estando submetido à sua lógica e às suas contradições. O que vale dizer que o trabalho docente não escapa à dupla face do trabalho: produzir valores de uso e valores de troca. [...] Essas duas dimensões, de produção de valor de uso e de valor de troca, não se opõem, e sim guardam uma relação dialética entre si, relação na qual se negam e se afirmam, ao mesmo tempo, fazendo do trabalho um exercício qualificador, prazeroso e, simultaneamente, desqualificador, explorador e causador de sofrimento (p 22 e 23).

Oliveira (2000), analisando os debates sobre a educação sob a ótica da globalização da economia e da reestruturação da produção, a partir dos anos de 1990, assinala que, neles, a educação é tratada de modo a atender às exigências do capital em termos da qualificação necessária da força de trabalho no novo contexto de economia globalizada e altamente competitiva. Apesar da *Conferência Mundial sobre Educação para Todos*, ocorrida na Tailândia em março de 1990 (UNICEF BRASIL s/d), estabelecer como objetivo central da educação “*satisfazer as necessidades básicas da aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos*”, esse autor considera que, nas reformas educacionais iniciadas nos anos de 1990, mesmo explicitando e valorizando a necessidade de equidade e de universalização da educação, persiste o caráter mercadológico visando atender às necessidades da produção capitalista.

Ferreira e Aguiar (2011) consideram que as profundas transformações contemporâneas do mundo do trabalho foram acompanhadas de mudanças nas políticas e na gestão da educação. Paparelli (2010) acrescenta que a reconfiguração do Estado sob o neoliberalismo tem influenciado a educação escolar não apenas no Brasil, mas, em vários países da América Latina.

Em outras palavras, a reestruturação produtiva, iniciada nas grandes corporações privadas, implicou mudanças profundas no mundo do trabalho, bem como reconfiguração do Estado que, sob o neoliberalismo, deveria tornar-se mínimo. Trata-se de processo que vem se expandindo progressivamente, atingindo a maioria dos serviços públicos, dentre os quais, os de educação.

Santos (2004) apresenta a educação como fator estratégico no desenvolvimento do capitalismo, como apontam os debates e apresentação de programas e de projetos por instituições como o Banco Mundial, assim como por instituições que visam à cooperação técnica entre países, como UNICEF e UNESCO. Trata-se de organismos que orientam políticas e projetos de educação em vários países do mundo, além de constituírem fontes de financiamento.

Nesse mesmo sentido, Fonseca (1998), analisando as políticas para o setor educacional brasileiro do Banco Mundial nas três últimas décadas, constata tratar-se de projetos de cofinanciamento com o Ministério da Educação, assinalando que ao longo desse período “o Banco ampliou suas funções para além da assistência técnica propriamente dita, passando a elaborar políticas para os setores a serem financiados, entre eles, a educação” (p. 14).

Esse conjunto de políticas é suportado por princípios retoricamente humanitários de equidade, combate à pobreza e de autonomia local. Observados do ângulo mais prático, os princípios são submetidos às estratégias de recuperação de custos e de sustentabilidade mundial, que constituem os dois pilares da concepção econômica do Banco. Alguns ideais cultivados no âmbito educacional, como

igualdade de oportunidades, participação, descentralização e autonomia, passam a ser subordinados à lógica da racionalidade econômica. A parcimônia na utilização dos bens sociais, imposta por essa racionalidade, é naturalmente incompatível com os princípios humanitários anunciados pelo Banco (p. 19).

Há cerca de 35 anos, Oliveira e Oliveira (1980), relatando as experiências do grupo liderado por Paulo Freire em vários países, colocam que:

“a reinvenção da educação se faz e se refaz à medida que avança o processo de transformação da sociedade, pois é o desenvolvimento mesmo deste processo que exige e favorece a aquisição pelos grupos dominados de uma consciência nova e de conhecimentos novos que a velha escola não é capaz de fornecer”. p. 124.

Para esses autores, a escola pública é tributária de uma sociedade desigual, que não propicia a emancipação das classes dominadas, contribuindo para o sentimento de inferioridade e de impotência dos indivíduos a elas pertencentes.

O exposto nos parágrafos precedentes vai ao encontro da colocação de Althusser (1977) que a escola constitui aparelho ideológico do Estado que, por intermédio de sanções, exclusões e seleções, cumpre o papel de “educar”, isto é, disciplinar a mão de obra para atender aos interesses do capital.

No Brasil, o Estado disciplina a educação por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB, (BRASIL, 1997) *“que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias”* (Título I, art.1º, §1º).

Esta lei, no Título II, Art. 2º estabelece que

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1997).

A qualificação para o trabalho, expressa no texto da lei aponta a existência de relações entre necessidade de preparação da força de trabalho

de acordo com os requerimentos do sistema produtivo.

No Título III art. 4º, a LDB estabelece a obrigatoriedade do ensino fundamental gratuito, mesmo aos que não tiveram acesso a ele na idade escolar, assim como *“padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensinoaprendizagem”* (BRASIL, 1997).

No Título IV, Art. 11º, a LDB atribui aos municípios, dentre outras, a responsabilidade pelo ensino fundamental. No Art. 12º, as atribuições dos estabelecimentos de ensino, incluem, dentre outras, a elaboração e execução de propostas pedagógicas; a administração do pessoal, recursos materiais e financeiros; articulação com as famílias e com a comunidade, visando integrar a comunidade com a escola; informar a frequência e o rendimento dos alunos aos pais e responsáveis. E, quanto aos docentes, o Art. 13º estabelece que devem incumbir-se de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; III - zelar pela aprendizagem dos alunos; IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

E, o Art. 14º estabelece que os profissionais da educação participem da elaboração do projeto pedagógico da escola.

A Lei nº 11.114, de 2005 estabeleceu que o ensino fundamental teria duração mínima de oito anos, seria obrigatório e gratuito na escola pública a partir dos seis anos de idade (BRASIL, 2005). No ano seguinte, a Lei 11.274 modificou a anterior, estabelecendo que o ensino fundamental obrigatório terá duração de nove anos, iniciando-se aos seis anos de idade. (BRASIL 2006).

O documento “Planejando a Próxima Década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação” (BRASIL, 2014) apresenta metas que,

ao mesmo tempo em que contemplam aspectos importantes da educação nacional, trazem implícitos alguns de seus problemas. A de número dezesseis consiste em formar, nos 10 anos de vigência do plano (até 2024), 50% dos professores do ensino fundamental em nível de pós-graduação, bem como garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação. Valorizar os profissionais da rede pública de educação básica por meio de plano de carreira, da equiparação do salário médio aos salários dos demais profissionais com escolaridade equivalente até o final do sexto ano de vigência do Plano estabelecido, como piso salarial nacional, definido por lei federal, constitui a meta dezessete. A explicitação dessas três metas, caso sejam atingidas, certamente significarão avanços. Entretanto, revelam o reconhecimento por parte do Estado das carências correspondentes.

1.1. O trabalho do professor

A operacionalização das diretrizes da LDB, por meio das regulamentações que se seguiram, contudo, sem representar melhorias na organização do trabalho dos professores, acarretando intensificação do trabalho desses profissionais, pois, além das funções em sala de aula, foram-lhes atribuídas outras que, inclusive, extrapolam suas jornadas formais, dentre as quais: efetuar trabalhos administrativos, participar de atividades de planejamento, atender pais de alunos, organizar atividades extramuros, participar de reuniões de coordenação, dos conselhos de classe etc. com elaboração dos respectivos relatórios.

Codo e Gazzotti (2002) assinalam que a docência apresenta algumas peculiaridades em comparação com organização do trabalho, particularmente à organização taylorista-fordista em outras esferas que não a da educação. No taylorismo-fordismo o trabalho é altamente parcelizado, os trabalhadores ocupam postos específicos e executam sempre os mesmos gestos, sob o domínio da racionalidade e da burocracia. Embora reconhecendo que todo trabalho implica alguma afetividade, sob a organização taylorista-fordista ela é mínima, sobretudo se comparada à atividade de ensinar, na qual o afeto é

indispensável. No caso do professor:

a relação afetiva é obrigatória para o próprio exercício do trabalho [...] o papel do professor acaba estabelecendo um jogo de sedução, no qual ele vai conquistar a atenção e despertar o interesse do aluno [...]. Esta sedução, esta conquista envolve um enorme investimento de energia afetiva canalizada para a relação estabelecida entre aluno e professor [...] É mediante o estabelecimento de vínculos afetivos que ocorre o processo ensino-aprendizagem” (CODO e GAZZOTTI, 2002, p. 50).

Batista e Codo (2002) alertam para a crise de identidade pela qual vem passando os educadores e salientam a influência do descompasso existente entre o “trabalho como deve ser” e a “realidade do trabalho” nas escolas, o que exige grande investimento afetivo e cognitivo por parte do professor, implicando aumento do esforço e do sofrimento no cotidiano de trabalho. Esses autores assinalam que:

No passado, dizer ‘eu sou professora ou professor’ trazia à tona uma identidade carregada de orgulho profissional. A profissão de educador tinha prestígio social. Em primeiro lugar, a valorização da profissão remetia ao importante papel atribuído à educação na integração social, no contexto da formação do Estado nacional e dos esforços destinados a produzir uma identidade nacional. Além disso, esse prestígio remetia às exigências da profissão, tais como os requerimentos para o ingresso e a qualidade da formação recebida nas famosas e reconhecidas Escolas Normais. (Batista e Codo, 2002, p. 70).

Segundo os autores, nas últimas décadas, os professores têm sido socialmente desvalorizados sendo, cada vez mais, obrigados a enfrentar uma crise de identidade em face de questionamentos do “saber” e do “saber-fazer”. Trata-se de crise relacionada tanto à atribuição - e autoatribuição de incompetência. Nessa perspectiva, é esperado que os professores sintam-se despreparados, uma vez que dificilmente lhes são oferecidas oportunidades de estudar e de frequentar cursos visando melhorar sua qualificação profissional e, conseqüentemente, seu desempenho.

Para Ludke e Boing (2004), a fragilidade em termos de identidade, especialmente em relação aos professores do ensino elementar (atual ensino

fundamental I), parece ser influenciada pela crença que qualquer pessoa está em condições para o exercício desse tipo de magistério, em virtude de sua aparente falta de especificidade.

Embora conservando certa autonomia na sala de aula, os professores possuem limitada participação nas decisões acerca de numerosos aspectos de seu trabalho, pois as diretrizes / planos nacionais de educação são definidos a nível central, isto é, pelo Ministério da Educação.

Também a avaliação de desempenho, de forma semelhante ao que ocorre nas empresas privadas, é executada centralmente, pautada pela lógica da eficácia, da eficiência e da excelência, sem levar em conta as condições concretas em que ocorre o processo ensino-aprendizagem no interior de cada estabelecimento escolar. Tal avaliação desconsidera diferenças fundamentais que incluem a realidade socioeconômica da localidade em que a escola se insere, a disponibilidade de materiais necessários às atividades docentes que diverge de escola para escola, a adequação de profissionais da educação face às demandas etc. Nesse contexto, a competência profissional do professor vincula-se exclusivamente ao desempenho de seus alunos em exames realizados pelo Ministério da Educação ou pela taxa de aprovação das escolas (SANTOS, 2004).

Ludke e Boing (2007) consideram que

o trabalho docente não pode ser pensado isoladamente, fora das transformações que estão ocorrendo também em outros setores socioeconômicos. [...] ...tem a ver com as mudanças no mundo do trabalho e emprego, que tentam submeter também os servidores públicos a um tipo de gestão inspirado na lógica de mercado. Regulação, controle e avaliação por competências não são exclusivos do trabalho docente, embora se tornem duplamente problemáticos quando aplicados a ele. (p.1.189)

Para esses autores a maioria dessas estratégias, importadas diretamente do trabalho industrial, é inviável aos trabalhos intelectuais, caso das atividades docentes, pois não podem ser inteiramente previstas, controladas e avaliadas quantitativamente.

Nesse sentido, Assunção e Oliveira (2009) colocam que os

professores muitas vezes têm de enfrentar demandas para as quais não se sentem preparados e que, para ser atendidas, dependem da aquisição de novas competências:

O sistema espera preparo, formação e estímulo do sujeito docente para exercer o pleno domínio da sala de aula e para responder às exigências que chegam à escola no grau de diversidade que apresentam e na urgência que reclamam.”
(p. 355).

A intensificação do trabalho dos professores ocorre em função de vários fatores, dentre os quais, demandas por ampliação do número de matrículas e, portanto, do número de classes e, ou do número de alunos por sala, sem que se acompanhe do aumento do número de profissionais da educação visando adequação do efetivo às demandas. Além disso, as reformas ocorridas a partir da década de 1990 implicaram mudanças na organização do trabalho docente, aumentando tanto sua complexidade, como o número de tarefas, sem aumento do tempo de trabalho. Apesar das dificuldades de mensuração, essas mudanças contribuem para a intensificação tanto aspectos qualitativos, como quantitativos, assim como a “*diversidade das condições encontradas na multiplicidade de redes municipais e estaduais*” (ASSUNÇÃO e OLIVEIRA, 2009. p.354).

Gomes e Brito (2006), em estudo qualitativo entre professores do ensino médio de escola da cidade do Rio de Janeiro, revelaram que, para os entrevistados, as dificuldades enfrentadas no exercício da profissão decorriam principalmente de fatores como diversidade e variabilidade no trabalho, dentro e fora da escola, e estavam relacionadas às mudanças ocorridas no setor da educação, por sua vez, relacionadas às novas exigências do sistema produtivo.

Por outro lado, estudo epidemiológico transversal, realizado em amostra de professores do estado da Bahia por Silvany-Neto et al. (2000), revelou que os professores consideravam como aspectos positivos de seu trabalho, a autonomia no planejamento das atividades, as boas relações com os colegas, ter satisfação no desempenho das tarefas e estrutura física adequada da escola, (dispor de banheiro privativo e de espaço físico para

descanso).

1.2. Trabalho e saúde dos professores

Conhecidas desde a antiguidade, as influências do trabalho sobre a saúde dos trabalhadores foram sistematizadas pela primeira vez por Ramazzini em *De morbis artificum diatriba* em 1700. Nos mais de três séculos que se seguiram, houve numerosos avanços a respeito das relações trabalho e processo saúde/doença. Nas últimas décadas, numerosas disciplinas, dentre as quais Epidemiologia, Toxicologia, Higiene do Trabalho, Psicologia Social e do Trabalho, Ergonomia e Medicina têm contribuído para o avanço dos conhecimentos dessas relações.

No Brasil, os primeiros estudos sobre condições de trabalho e saúde de professores, nos anos de 1990 focavam problemas relacionados à voz, ao sistema osteomuscular e à saúde mental (ARAÚJO e CARVALHO, 2009).

Revisando oito estudos epidemiológicos sobre condições de trabalho e saúde de professores (pré-escola, ensino fundamental, ensino médio e ensino superior), realizados em Salvador, Feira de Santana e Vitória da Conquista, entre 1995 e 2009, Araújo e Carvalho (2009) observaram que nesses estudos a coleta de informações foi efetuada por meio de instrumentos autoaplicados que abordavam aspectos sócio-demográficos, algumas condições de trabalho e aspectos psicossociais do trabalho (variáveis de exposição) e ocorrência de transtornos mentais comuns (variável de desfecho). Os aspectos psicossociais do trabalho foram investigados por meio do *job content questionnaire* (JCQ) e a ocorrência de transtornos mentais comuns, do *self reporting questionnaire* (SRQ-20). Para os revisores existem várias semelhanças entre os oito estudos e, destes, com outras investigações da literatura científica. Condições de trabalho e aspectos da organização do trabalho associaram-se à ocorrência transtornos mentais comuns, de problemas de voz, distúrbios osteo-musculares e varizes.

No caso das doenças mentais, o estabelecimento de relações causais com o trabalho apresenta grandes dificuldades pois, segundo

Jacques e Codo (2002) o trabalho constitui “*o modo de ser do homem*”, invadindo e permeando “*todos os níveis de sua atividade, de seus afetos, de sua consciência...*”. De acordo com esses autores, muitos estudos baseiam-se em concepções diversas e, mesmo, antagônicas.

Nesse sentido, Houtman e Kompier (2005) corroboram esse entendimento, uma vez que consideram que os estudos sobre saúde mental podem apresentar diversas abordagens em relação aos componentes e processos envolvidos. Entende-se por mentalmente saudável o estado em que, quanto ao humor e à afetividade o indivíduo encontra-se em situação positiva. A saúde mental pode ser também entendida como um processo no qual o indivíduo enfrenta uma confrontação aguda - caso da síndrome do estresse pós-traumático -, ou crônica - caso do esgotamento profissional no trabalho ou *burnout*, da depressão, e de outros transtornos mentais.

O estresse, importante conceito em saúde mental e trabalho, pode ser considerado um intercâmbio indivíduo – ambiente em que, diante de uma ameaça ou situação estressora, o primeiro avalia se esta põe ou não em risco sua integridade e, ou seu bem estar, ativando diferentes mecanismos psicofisiológicos. Cabe ressaltar que a percepção de um mesmo evento como estressor não é igual para diferentes indivíduos (BRUCHON-SCHWEITZER, 1994).

Gasparini, Barreto e Assunção (2005), analisando o perfil de afastamentos por doença em profissionais da educação da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – MG de abril de 2001 a maio de 2003, embora ressaltem as limitações do estudo para revelar a real extensão dos problemas de saúde da população estudada, acreditam que apontam aspectos que merecem ser aprofundados. As autoras consideraram elevado o número de afastamentos tendo os transtornos mentais como motivo principal, chamando a atenção para as mudanças que vem ocorrendo, tanto nas características do trabalho, como no ambiente escolar, especialmente no tocante ao aumento da violência. Em estudo subsequente, as autoras observaram associação entre ter sofrido violência no ambiente escolar e ocorrência de TMC em professores do ensino fundamental da mesma cidade

(GASPARINI, BARRETO e ASSUNÇÃO, 2006).

Desvalorização do trabalho e perda de autonomia, segundo Neves e Seligmann-Silva (2006) afetavam a autoestima e a identidade dos professores do ensino fundamental de João Pessoa – PB. Para as autoras, as vivências de sofrimento apresentadas pelos professores estavam relacionadas ao descontentamento e à falta de sentido de seu trabalho. Dentre os aspectos negativos observados estavam o tipo de relações hierárquicas, as jornadas de trabalho prolongadas, a dificuldade de manter a disciplina necessária ao desenvolvimento das atividades, os baixos salários e a falta de reconhecimento social do trabalho docente.

Seligmann-Silva (2013) considera que os mecanismos de defesa psicológica individual e as estratégias coletivas de defesa podem amenizar o sofrimento / desgaste mental, podendo retardar o surgimento de transtornos mentais, salientando que tais mecanismos, entretanto, podem ser rompidos, acarretando sofrimento.

Segundo vários autores, dentre os quais Silvany-Neto et al. (2000), Delcor (2003), Vedovato e Monteiro (2008), Araújo e Carvalho (2009), Mendes-Stum (2012) e Oliveira (2013), são numerosos os fatores que podem interferir negativamente no desempenho e na saúde dos professores. Os mais frequentemente assinalados tem sido os relativos (a) ao ambiente físico, tais como salas inadequadas, ruído, poeira de giz, inexistência / inadequação / precariedade de locais para descanso, alimentação e realização de necessidades fisiológicas; (b) à falta de materiais necessários ao desenvolvimento das atividades; (c) a exigências fisiológicas como o uso constante da voz, a permanência de pé por longos períodos, a necessidade de curvar-se várias vezes ao longo da jornada para orientar os alunos em suas carteiras; (d) a aspectos emocionais como o desgaste nas relações com os alunos, o enfrentamento da violência, o grau de estresse elevado; e (e) aos fatores da organização do trabalho como falta de autonomia e ritmo de trabalho acelerado.

Os professores constituem uma categoria profissional que, em virtude das características de seu trabalho - contato direto, estreito e

continuado com os alunos - têm sido vítimas da denominada Síndrome do esgotamento profissional ou *burnout*, cujo desenvolvimento implica exposição prolongada a fatores de estresse crônicos presentes na situação de trabalho, segundo Maslach (2005), Maslach e Jackson (1998), Maslach e Leiter (1999).

Estudando cerca de 39 mil trabalhadores da educação de todo o país, Codo e Vasques-Menezes (2002) consideraram que quase a metade desse contingente apresentava sintomas de *burnout*.

Assim, os professores do Ensino Fundamental e Médio constituem categoria profissional reconhecidamente submetida cronicamente a estressores capazes de desencadear processos de desgaste e sofrimento mental.

1.3. Satisfação no trabalho e saúde mental

Pode-se considerar que os estudos sistematizados sobre satisfação no trabalho tiveram início nos anos de 1930 com uma pesquisa sobre as influências de certas características do ambiente físico de uma empresa de eletricidade de Chicago - USA e a produtividade dos trabalhadores.

Considera-se que o trabalhador está satisfeito com seu trabalho quando sente prazer com o que faz. Prazer que se relaciona, tanto com características das atividades que executa, como com seu perfil psicológico e suas expectativas. Trata-se, em última análise, do sentimento que os trabalhadores têm a respeito de seu trabalho.

Diaz-Serrano e Vieira (2005) consideram a satisfação no trabalho importante fator preditivo de bem estar dos indivíduos e interfere na decisão de permanecer ou não no emprego. Esses autores informam que, de 1995 a 2000, em nove de quinze países da União Europeia (EU-15) ¹ houve diminuição do grau de satisfação no trabalho e, no ano 2000, Portugal, Espanha, Grécia e Itália, foram os países que registraram menor satisfação no trabalho.

¹ Refere-se à abreviação dos quinze países que, na ocasião, compunham a União Europeia.

No entanto, ainda não existe consenso sobre teorias e modelos teóricos acerca do mesmo, observando-se a existência de conceito de satisfação como sinônimo de motivação, de atitude, de oposição à insatisfação e de estado emocional (MARTINEZ, 2002; MARTINEZ e PARAGUAY, 2003).

Assim, a satisfação no trabalho pode ser considerada como

um estado emocional prazeroso, resultante da avaliação do trabalho em relação aos valores do indivíduo, relacionados ao trabalho. Insatisfação no trabalho seria um estado emocional não prazeroso, resultante da avaliação do trabalho como ignorando, frustrando ou negando os valores do indivíduo, relacionados ao trabalho. (LOCKE, 1984 apud MARTINEZ & PARAGUAY, 2003)

De acordo com este enfoque a satisfação no trabalho resulta de interação complexa entre vários fatores - tarefas, papéis, responsabilidades, recompensas - que ocorrem em determinado contexto, cujo resultado pode significar a existência de sentimentos de satisfação ou insatisfação com o trabalho.

Martinez & Paraguay (2004), em estudo de trabalhadores de empresa da área de serviços, constataram associação entre satisfação no trabalho e distúrbios mentais sem, entretanto ter observado relações com aspectos da saúde física.

Estudo de meta-análise com base em 485 investigações sobre satisfação no trabalho realizado por Faragher et al (2005) revelaram a utilização de numerosos questionários diferentes entre si, sete dos quais foram mais frequentemente utilizados, indicando ausência de consenso a respeito desses instrumentos. Os autores observaram evidências de que a satisfação no trabalho vem decrescendo ao longo dos anos, fato relacionado às transformações contemporâneas no mundo do trabalho, particularmente às precárias condições de emprego, à perda progressiva do controle sobre o próprio trabalho, à rápida incorporação de avanços tecnológicos, e ao aumento de contratos de curta duração.

Entre os estudos mais recentes da série analisada, Faragher et al

(2005) identificaram existência de relações entre satisfação / insatisfação no trabalho com relacionamento interpessoal, salário, grau de controle sobre o trabalho, plano de carreira e possibilidade de ascensão.

O relatório da European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions (2006), revisando os métodos de aferição de satisfação no trabalho em diferentes países, indicou que, apesar da falta de consenso acerca da concepção desse constructo, ele é considerado importante para avaliação das condições de trabalho, a ponto de ter sido indicado pela Comissão Europeia.

1.4. Estresse no trabalho: o modelo de Karasek

Elevado grau de estresse no trabalho é considerado importante fator de risco para a saúde dos trabalhadores e, para avaliar seus efeitos deletérios à saúde, Karasek (1979) desenvolveu modelo teórico conhecido pelo seu nome e também como modelo demanda-controle, posteriormente aperfeiçoado (KARASEK e THEORELL, 1990; KARASEK et al., 1998; KARASEK, 2005).

Trata-se de modelo teórico cujos pressupostos iniciais eram que o estresse decorrente de aspectos do processo de trabalho representados por demandas psicológicas elevadas e baixo grau de controle sobre o próprio trabalho constituíam fator de risco de adoecimento, por produzir desgaste elevado e que, situações de trabalho com demandas psicológicas elevadas, porém acompanhadas por elevado grau de controle sobre o próprio trabalho propiciariam o aprendizado de novos comportamentos, o que contribuiria para a manutenção da saúde (KARASEK, 1979).

Ao modelo bidimensional de Karasek, Johnson (1988) introduziu uma nova dimensão - apoio ou suporte social no trabalho por colegas e chefias, cuja presença possui efeito de proteção à saúde.

Estudo de revisão efetuado por Mello Alves et al. (2013) acerca da crescente utilização do modelo demanda-controle de Karasek revela que os primeiros países a utilizá-lo foram Estados Unidos, Canadá, Suécia, Reino Unido e Japão. Dentre os instrumentos utilizados, prevalece o *Job Content*

Questionnaire (JCQ), considerado válido para investigar fatores de risco de ocorrência de doenças crônicas em trabalhadores.

No Brasil, o Modelo demanda-controle de Karasek foi validado por esses autores e tem sido utilizado em vários estudos que investigam a ocorrência de transtornos mentais comuns em professores, dentre os quais Araujo et al. (2003), Araujo et al. (2005), Delcor (2003), Delcor et al. (2004), Reis et al. (2005), Porto et al. (2006), Carraro (2015), bem como Braga (2007) em profissionais da rede básica de saúde.

1.5. Transtornos mentais comuns - TMC

Transtornos mentais comuns (TMC) é a denominação utilizada para designar sintomas como insônia, fadiga, irritabilidade, comprometimento da memória, dificuldade de concentração e queixas somáticas que indicam desgaste / sofrimento mental, sem se tratar de diagnóstico de doença.

Harding et al. (1980), sob coordenação da OMS, desenvolveu um questionário conhecido como *Self reporting questionnaire* (SRQ-20), destinado a rastrear casos de sofrimento / desgaste mental, que configuram conjunto de sintomas físicos e psíquicos denominado Transtornos Mentais Comuns, TMC, instrumento validado por Mari e Williams (1986) para utilização no Brasil, cuja versão mais utilizada é a composta por vinte questões, o SRQ-20.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, devido aos efeitos que apresentam para os indivíduos e pela potencialidade de impacto social que possuem, os transtornos mentais comuns necessitam ser detectados o mais precocemente possível, com o objetivo de intervir individual e coletivamente, visando eliminar ou neutralizar seus possíveis fatores causais cuja permanência pode resultar em adoecimento (OMS, 2002).

Lima (1999), ao lado das consequências individuais, considera que os TMC são responsáveis por aumento do absenteísmo, pela diminuição da produtividade, e por sobrecarga do sistema de saúde.

Vários autores têm utilizado o *self reporting questionnaire* (SRQ-20) para identificar a prevalência de transtornos mentais comuns (TMC) na

população geral, dentre os quais:

- Em Pelotas- RS, Lima *et al.* (1999) constataram prevalência de TMC de 22,7%, que foi 50% mais elevada em mulheres e que aumentou com a idade e com a viuvez, diminuindo com o aumento da renda e da escolaridade. Também em Pelotas – RS, Costa *et al.* (2005) observaram prevalência de de 28,5%.
- Em Olinda, Ludermir e Mello Filho (2002) encontraram prevalência de TCM de 34,4% em amostra populacional de região urbana de maior densidade demográfica e de menor poder aquisitivo, tendo observado maior prevalência entre os indivíduos de menor escolaridade, pior condição de moradia, menor renda e com inserção no mercado informal de trabalho.
- Costa e Ludermir (2005), em população da zona rural da Zona da Mata – PE, observaram prevalência de TMC de 36,0%, constatando que mulheres, indivíduos com 40 a 59 anos de idade, divorciados, separados ou viúvos, analfabetos, pessoas com baixa renda apresentaram maior risco de apresentar esses transtornos. Esse estudo revelou também que a existência de apoio social da comunidade associou-se negativamente à prevalência de TMC, funcionando como fator de proteção para a sensação de isolamento e de incapacidade de controlar a própria vida, como costuma ocorrer em comunidades pobres e isoladas, semelhantes à estudada.
- Lima (2004) encontrou prevalência de TMC de 21,7% em amostra da população geral de Botucatu – SP.
- Marin-Leon *et al* (2007), em amostra populacional, observaram prevalência de TMC de 17,0% em Campinas – SP, maior entre as mulheres (24,4%), entre indivíduos com escolaridade inferior a cinco anos e entre desempregados e subempregados.
- Santos e Siqueira (2010), em estudo de revisão abrangendo o período de 1997 a 2009, constataram variação na prevalência de TMC na população geral que variou de 20 a 36%.

Estas investigações evidenciaram fatores de risco nas populações estudadas tais como: sexo, idade, estado civil, cor da pele, escolaridade, ter filhos e, ou outros dependentes, doença na família, residir em zona urbana ou rural, histórico de agressões, situação financeira e lazer, precariedade de vínculos de trabalho e desemprego.

O SRQ-20 tem sido utilizado ainda para investigar a prevalência de TMC em várias categorias profissionais, particularmente em professores e profissionais da saúde.

Quanto aos profissionais de saúde, analisando estudos efetuados em médicos e enfermeiros de serviços hospitalares, sobretudo de urgência / emergência e centros de terapia intensiva, Benevides-Pereira (2002) e Seligmann-Silva (2003) relatam prevalência elevada de transtornos psíquicos, assinalando ainda maior consumo de álcool e de drogas, maior proporção de depressões e maior incidência de suicídios entre esses profissionais.

Conforme revisão efetuada por Araujo e Carvalho (2009), o número de estudos epidemiológicos abordando condições de trabalho e TMC vem aumentando desde os anos de 1990, apresentando resultados semelhantes e revelando associação com alguns aspectos do trabalho.

2. JUSTIFICATIVA

Este estudo justifica-se:

- pela elevada prevalência de transtornos mentais comuns entre professores, revelada por investigações majoritariamente efetuadas em escolas de áreas metropolitanas ou de cidades de grande porte;
- por propiciar a ampliação desse universo ao estudar um município classificado como de pequeno para médio porte;
- em virtude das responsabilidades dos municípios no tocante à educação infantil e ao ensino fundamental atribuídas pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996).

3. OBJETIVOS

Estimar a prevalência de transtornos mentais comuns em professores de ensino fundamental I e II da Secretaria Municipal de Educação de Avaré -SP, bem como verificar existência de associação entre tais transtornos e:

- fatores relativos à pessoa;
- condições gerais de trabalho;
- grau de satisfação com o trabalho;
- situação de trabalho de acordo com o modelo de Karasek.

4. MÉTODOS

Trata-se de estudo epidemiológico de corte transversal realizado com professores do ensino fundamental I e II de escolas da Secretaria Municipal de Educação de Avaré-SP e cuja coleta de informações foi efetuada em abril de 2014. Estudos com esse desenho são utilizados para investigar a existência de associação entre as denominadas variáveis de exposição e determinada variável de desfecho, por meio de estimativa da razão de chance (*odds ratio*). São estudos que não possibilitam estabelecer relações de causa e efeito entre as variáveis de exposição e de desfecho, indicando, entretanto, possíveis fatores de risco.

4. 1. Critérios de inclusão e casuística

Segundo informações fornecidas pela Secretaria Municipal da Educação, em 2013 havia 345 professores de ensino fundamental em Avaré. Para o ano da coleta de dados, 2014, a Secretaria informou não dispor do número atualizado de professores de ensino fundamental I e II, estimando em 312 o número desses profissionais em atividade nas 24 escolas municipais. Não havia registro centralizado de professores afastados e os respectivos motivos de afastamento.

Os critérios de inclusão no estudo foram: ser professor do ensino municipal fundamental I e II, com exclusão da creche e da pré-escola, possuir tempo de trabalho na escola de pelo menos um ano e ter exercido atividades docentes (ministrado aulas) nos trinta dias precedentes à aplicação dos questionários. Também participaram desta investigação os substitutos dos professores afastados que preencheram esses critérios.

Dos 312 professores em atividade, 247 (79,2%) aderiram ao estudo, assinando o termo de consentimento livre e esclarecido, após o que, preencheram o instrumento de coleta de informações. Foram desconsiderados três questionários respondidos por professores que lecionavam na escola há menos de um ano. Assim, a casuística deste estudo foi composta por 244 docentes lotados em 24 escolas da rede pública municipal de ensino fundamental I e II de Avaré, SP.

4.2. Procedimentos

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina de Botucatu, Unesp (Anexo1) e pela Secretaria Municipal de Educação de Avaré – SP (Anexo 2), devidamente esclarecida sobre os objetivos e operacionalização do estudo. Foram igualmente informados pela pesquisadora os diretores das 24 escolas municipais e a Secretaria os orientou no sentido de facilitar-lhe o acesso aos estabelecimentos e aos professores.

Com o objetivo de testar o instrumento e o tempo médio de preenchimento, foi realizado estudo piloto em escola de ensino fundamental do município de Arandu – SP, com participação de 26 professores. Os itens do questionário foram considerados adequados quanto à compreensão e o tempo de preenchimento foi compatível com sua aplicação.

Precedendo a aplicação dos questionários, os professores foram informados verbalmente e por escrito (Anexo 3) quanto aos objetivos e métodos do estudo, incluindo a informação de que os dados seriam coletados por meio de questionário autoaplicado e não identificado, assegurando-lhes que os resultados obtidos seriam colocados à disposição da Secretaria Municipal de Educação, das escolas e dos professores. Visando não identificar os estabelecimentos, as vinte e quatro escolas seriam nomeadas por meio de letras.

Visto que os questionários não eram identificados, por exigência do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina de Botucatu, Unesp, foi oferecida oportunidade de entrevista pessoal com a pesquisadora e sua orientadora aos participantes do estudo, visando avaliar eventual necessidade de encaminhamento para consulta psicológica. Contudo, nenhum professor solicitou esse oferecimento.

A aplicação dos questionários obedeceu a agendamento elaborado de comum acordo com diretores e professores das escolas e foi efetuada em local que garantiu a privacidade dos participantes. Os questionários foram respondidos nos horários de trabalho pedagógicos coletivos (HTPC) de cada

um dos estabelecimentos de ensino e, aos ausentes ou não freqüentadores dessas reuniões, em ocasião previamente agendada, durante o horário de trabalho na escola.

Precedendo a entrega dos questionários aos professores que assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido (Anexo 4), solicitou-se que os professores respondessem individualmente, sem comunicar-se ou discutir as questões com outros professores. A pesquisadora permaneceu no local para esclarecimento de eventuais dúvidas e, ao final, recolher os questionários.

Todos os professores presentes às reuniões aderiram ao estudo e preencheram os questionários. Aos ausentes ou não participantes dessas reuniões foram procurados pela autora que entregou os questionários de acordo com horários previamente agendados. Entretanto, embora tenham assinado o termo de consentimento livre e esclarecido, alguns professores não devolveram os questionários recebidos ou os devolveram em branco após duas tentativas. Esses casos foram considerados perdas, pois todos haviam preenchido o termo de consentimento.

4.3. Instrumento de coleta de informações

O instrumento utilizado (Anexo 5) compõe-se de 80 itens distribuídos em seções de A a E, descritas a seguir. As seções A e B foram elaboradas pela pesquisadora e sua orientadora e as demais seções, compostas por questionários disponíveis na literatura científica.

Seção A: compôs-se de 10 itens sobre dados pessoais (sexo, idade, grau de instrução, situação conjugal, possuir filhos ou outro dependente) e vínculo empregatício. Para verificar se o respondente efetivamente enquadrava-se nos critérios de inclusão foram elaboradas três perguntas: se o participante havia ministrado aulas no último mês, se estava afastado das atividades docentes e se estava exercendo outra função.

Seção B: compôs-se de 11 itens sobre o trabalho (lecionar no ensino fundamental I ou II, jornada de trabalho, tempo de trabalho como professor na vida laboral e na escola atual, em quantas escolas trabalha atualmente,

se leva trabalho para casa, se dispõe dos materiais que julga necessários ao exercício de suas atividades, qual a importância atribuída ao período de trabalho e perspectiva de continuar trabalhando sem muitas dificuldades).

Seção C: compôs-se por dezesseis questões referentes ao grau de satisfação com o trabalho (Boccalon et al, 2002). Nas oito primeiras questões (retribuição, ambiente físico, relações interpessoais, possibilidade de fazer carreira, possibilidade de melhorar a capacidade profissional, autonomia para tomar decisões, interesse e variedade de atividades, horários de trabalho) solicitou-se que o professor assinalasse o grau de satisfação - grande, regular, pequeno e quase nenhum. Nas oito questões finais (cargas físicas e mentais; utilidade social do trabalho; se considera o próprio trabalho interessante, adequado à sua capacidade e potencialidade; valorização das qualidades profissionais no ambiente de trabalho; se trabalho afeta negativamente a vida pessoal; colaboração entre colegas) solicitou-se que o professor assinalasse sua opinião – muito, moderadamente, pouco ou quase nada.

Cada uma das dezesseis questões foi pontuada de um a quatro na escala Likert. Assim, as pontuações de cada questionário podiam variar de mínimo de 16 até valor máximo de 64 pontos, com intervalos contendo apenas números inteiros.

Para verificar a consistência interna das dezesseis questões foi utilizado o coeficiente alfa de Cronbach, de acordo com a fórmula:

k representa o número de itens do teste;

S_i^2 é a variância de cada item do teste;

S_t^2 é a variância das pontuações totais do teste.

adotando-se o valor mínimo de 0,70, conforme recomendação de Rowland (1991), apud Mello Alves (2004).

Como ponto de corte para classificar o sujeito em satisfeito ou insatisfeito, utilizou-se o valor da média aritmética das pontuações dos 244 questionários.

Seção D: composta por 17 questões que constituem a versão reduzida do *Job Content Questionnaire*, JCQ, instrumento utilizado no denominado Modelo de Karasek.

A versão utilizada neste estudo é a de Theorell (1988) composta por 17 questões (demandas psicológicas – cinco questões; grau de controle sobre o próprio trabalho – seis questões; suporte social no trabalho – seis questões), validada para utilização no Brasil por Mello Alves et al. (2004).

Quatro das questões sobre demandas psicológicas focam o tempo e a velocidade exigidas do professor no desenvolvimento de sua atividade e existência de demandas conflituosas. No tocante às questões sobre grau de controle sobre o próprio trabalho, quatro investigam o desenvolvimento de habilidades e duas, a existência de autonomia para tomada decisões. As questões relativas ao suporte social no trabalho abordam as relações interpessoais no trabalho (colegas e chefias).

Todas as questões relativas às demandas psicológicas e ao grau de controle tem opção de resposta em escala tipo Likert cuja pontuação varia de um (frequentemente) a quatro (nunca/quase nunca). Para suporte social no trabalho utiliza-se a mesma escala com opções de resposta variando de quatro (concordo totalmente) a um (discordo totalmente).

Uma das questões sobre demandas psicológicas (questão 44) e uma das questões sobre o grau de controle sobre o próprio trabalho (questão 49) a pontuação foi invertida em relação às demais. Na questão 44 por apresentar condição de trabalho favorável (ter tempo suficiente para cumprir todas as tarefas do seu trabalho) e, na questão 49, condição desfavorável (repetir muitas vezes a mesma tarefa).

Em relação às pontuações possíveis, no que se refere a demandas psicológicas, a pontuação mínima é 5 e a máxima, 20 pontos; para as questões sobre grau de controle sobre o próprio trabalho, as pontuações

mínima e máxima são, respectivamente, 6 e 24, pontos, o que se repete para as questões referentes a suporte social no trabalho.

Foram utilizadas as respectivas médias das pontuações obtidas como pontos de corte para definir as dimensões do modelo: demandas psicológicas baixas e elevadas, grau de controle baixo e elevado e suporte social no trabalho baixo e elevado.

A Figura 1 apresenta a distribuição em quadrantes do resultado dos cruzamentos entre demandas psicológicas (baixas e elevadas) e grau de controle sobre o próprio trabalho (baixo e elevado).

A melhor situação de trabalho é a de **baixo desgaste**, caracterizada por baixas demandas psicológicas e elevado grau de controle sobre o próprio trabalho, isto é, uma situação na qual o trabalhador possui as melhores condições para planejar e executar seu trabalho (Karasek, 2005).



FIGURA 1 - ESQUEMA DEMANDA-CONTROLE
SEGUNDO KARASEK (1998, 2005)

Já a pior situação é a de **alto desgaste** (*job strain*), caracterizada por demandas psicológicas elevadas e baixo grau de controle sobre o próprio trabalho. A situação de **trabalho ativo** foi considerada estimuladora

para aquisição de novas habilidades e conhecimentos e a de **trabalho passivo**, como desestimulante (KARASEK, 1979).

Seção E: composta pelo *Self reporting questionnaire* (SRQ-20), destinado a rastrear Transtornos Mentais Comuns, TMC, validado por Mari & Willians (1986) para utilização no Brasil que, segundo esses autores, apresentou 83% de sensibilidade e 80% de especificidade. Neste estudo, utilizou-se a versão com 20 questões.

Trata-se de instrumento que possui quatro questões que abordam sintomas físicos e dezesseis, sintomas psíquicos. As respostas são de tipo “sim” ou “não”, respectivamente, com valores um e zero. A soma dos valores obtidos constitui a pontuação do indivíduo.

No processo de identificação de TMC, Mari e Willians (1986) sugeriram pontos de corte de 5 / 6 para os homens e de 7 / 8 para as mulheres, adotados neste estudo. A diferença desses pontos de corte tem origem no valor preditivo observado – de 66% para os homens e de 83% para as mulheres.

4.4. Análise dos dados

A partir das informações contidas nos questionários foi construído banco de dados utilizando-se o programa informático Microsoft Excel, 2003. Visando identificar erros de digitação, as planilhas foram conferidas uma a uma pela orientadora e um auxiliar.

A análise dos dados foi realizada utilizando-se o pacote estatístico SPSS for Windows, versão 21.

A população estudada foi caracterizada segundo as variáveis de exposição (variáveis relativas à pessoa, características do trabalho, opiniões sobre aspectos do trabalho, satisfação no trabalho, situação de trabalho segundo o modelo demanda – controle – suporte).

A variável de desfecho foram os transtornos mentais comuns (TMC).

No modelo de regressão logística simples, considerou-se existir associação entre a variável de exposição e a variável de desfecho para valores de $p \leq 0,05$, pela aplicação do teste de qui quadrado. As variáveis

que no modelo de regressão logística simples apresentaram valor de $p \leq 0,25$ foram testadas no modelo de regressão logística múltipla. Foram estimados os odds ratio (OR) e os respectivos intervalos de confiança de 95%(IC95%).

4.5. Caracterização do município de Avaré – SP e de sua rede de ensino

O município de Avaré – SP possuía em 2013, 84.372 habitantes, dos quais 58,2% no grupo etário de 20 a 59 anos e, 13,8%, com 60 anos e mais; as mulheres constituem 50,5% da população. Cerca de dois terços dessa população se declara branca (BRASIL, IBGE, 2013).

As principais atividades econômicas do município são constituídas por empresas comerciais e de serviços. Em 2010, a renda *per capita* no município foi de R\$723,28 enquanto o rendimento médio mensal dos chefes dos domicílios² foi de R\$1.485,91 (IBGE, 2010).

Em termos de infra-estrutura urbana, em 2000, 99,2% dos domicílios possuía coleta de lixo, 98,2%, abastecimento de água e 96,5% estavam ligados à rede de esgoto sanitário.

Em consonância com a Constituição Federal e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Avaré promulgou a Lei Nº 403 de 27 de dezembro de 2002 criando a Secretaria Municipal da Educação que, além de responsável pelo gerenciamento da rede de escolas municipais, possui atribuição de elaborar o plano municipal de ensino, com finalidade de diagnosticar as reais necessidades de educação no nível municipal, de estabelecer prioridades para aplicação de recursos, visando erradicar o analfabetismo, universalizar o ensino básico e oferecer um ensino de qualidade (PREFEITURA MUNICIPAL DE AVARÉ - SP, 2002).

A rede de educação básica pública do município compõe-se de 67 estabelecimentos, dos quais 39 integram a rede da municipal e 27, a estadual³. Além das escolas públicas, o município possui estabelecimentos

² Chefe do domicílio, segundo o IBGE, é a pessoa referida pelos moradores como responsável pelo mesmo.

³ Existe também um estabelecimento da esfera federal que, além do ensino profissionalizante, possui classes de ensino fundamental.

privados de ensino fundamental. Em 2014 a rede pública de ensino atendeu 21.669 alunos, cerca da metade dos quais, na rede municipal. Dentre as escolas municipais, 24 são responsáveis pelo ensino fundamental I e II.

Segundo a Secretaria Municipal de Educação de Avaré, SP, no final do ano de 2013, as 24 escolas de ensino fundamental I e II possuíam 380 professores, dos quais 312 em atividade. Essa Secretaria informou não possuir informações em relação às atividades exercidas por esses professores (estar lecionando, coordenando, auxiliando a direção ou outra).

Não foi possível conhecer o número de professores afastados no período do estudo, devido à inexistência de informações no Departamento Médico da Prefeitura Municipal de Avaré (DEMEP), segundo cargo ou função exercida, bem como escola em que trabalhava. A única informação obtida neste Departamento foi que, em 2014, houve 2.359 afastamentos por motivo de saúde entre todos os funcionários municipais da Secretaria de Educação.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos 312 professores em atividade, 247 (79,1%) responderam o questionário. Destes, três foram excluídos por lecionarem há menos de um ano. Assim, a casuística foi composta por 244 indivíduos que lecionavam nas 24 escolas municipais de ensino fundamental de Avaré – SP (78,1% dos professores em atividade), considerando-se adequado este nível de participação.

Apresentaram transtornos mentais comuns (TMC) 48,8% dos professores, porcentagem considerada elevada quando comparada à ocorrência desses transtornos na população geral, cuja prevalência, segundo vários estudos, têm variado de cerca de 20 a cerca de 36%, sobretudo considerando-se que as proporções mais elevadas ocorrem em regiões mais pobres. Em 2010, Avaré possuía IDH de 0,767, considerado elevado, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

5.1. Características gerais da casuística

A população estudada segundo variáveis relativas à pessoa encontra-se na Tabela 1, na qual se observa predomínio de professores do sexo feminino (90,6%), o que está de acordo com a observação de outros pesquisadores (GASPARINI et al., 2006; ARAÚJO et al., 2003; ARAÚJO et al., 2006; CARLOTTO & PALAZZO, 2006; DELCOR et al., 2004; REIS et al., 2005; VEDOVENATO e MONTEIRO, 2008; CARRARO, 2015).

Gatti e Barretto (2009), em relatório apresentado à Unesco, revelaram que, no Brasil, a significativa expansão da educação a partir da segunda metade do século XX, caracterizou-se pela inserção majoritária de mulheres (77%).

Codo (2002) considera que o aumento do contingente feminino na educação começou a ocorrer de 1870 e 1930, no marco nacional da organização do estado, nele incluído o sistema educacional. Naquele período já se acreditava que as mulheres poderiam realizar melhor as atividades educativas, consideradas extensão das atribuições das mães, na família.

Também para Delcor et al. (2004) a predominância de mulheres

entre professores tem em suas origens a concepção de que educar constitui atividade feminina, da mesma forma que prestar cuidados de enfermagem é considerada atividade mais apropriada às mulheres.

A idade média dos professores foi de 43,1 anos, com predominância de indivíduos nas faixas de 30 a 49 anos. A menor idade observada foi 25 anos (Tabela 1).

Trata-se de resultados semelhantes aos relatados por outros autores (SILVANY-NETO et al., 2000; ARAÚJO, 2003; CARLOTTO, 2006; VEDOVATO e MONTEIRO, 2008; OLIVEIRA, 2013; REIS et al, 2005; CARRARO, 2015).

Quanto à situação conjugal, a Tabela 1 revela que 64,3% dos professores eram casados ou possuíam companheiros, resultado compatível com outras pesquisas que revelaram proporção de 50% a 70% de professores nessa situação (CODO, 2002; DELCOR, 2003; GASPARINI et al, 2006; REIS et al, 2005; PORTO et al., 2006; OLIVEIRA, 2013; CARRARO, 2015).

Dentre os participantes deste estudo, 57,5% informaram possuir filhos dependentes e 9,8% outros dependentes, exceto filhos, dentre os quais, dez apresentavam necessidades especiais (Tabela 1). Trata-se de resultados que podem ser considerados semelhantes aos observados por Codo (2002), Delcor (2003), Reis et al. (2005), Gasparini et. al. (2006), Vedovato e Monteiro (2008), Carraro (2015), cabendo assinalar que esses autores não fazem referência a dependentes que apresentem necessidades especiais. Em Jequié – BA, Oliveira (2013) observou que 85,5% dos professores que compuseram a casuística estudada relataram possuir dependentes, proporção que pode ser considerada mais elevada do que a deste e dos demais estudos mencionados.

A Tabela 1 revela que 47,5% dos professores consideravam as tarefas domésticas um peso que se somava ao das atividades profissionais, caracterizando a dupla jornada de trabalho a que as mulheres são submetidas, como constatado por autores dentre os quais Zibetti e Pereira (2010), Araujo et al. (2006), Pinho e Araujo (2012).

TABELA 1 – DISTRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE AVARÉ - SP, DE ACORDO COM VARIÁVEIS RELATIVAS À PESSOA. 2015.

VARIÁVEL		Nº	%
SEXO	Feminino	221	90,6
	Masculino	20	8,2
	Sem informação	3	1,2
	TOTAL	244	100,0
GRUPO ETÁRIO Média=43,1 anos Mediana=42,5 anos	25' a 29	19	7,8
	30 a 39	63	25,8
	40 a 49	70	28,7
	50 e mais	66	27,0
	Sem informação	26	10,7
	TOTAL	244	100,00
SITUAÇÃO CONJUGAL	Casado / companheiro	157	64,3
	Solteiro	49	20,1
	Separado / divorciado / viúvo	34	13,9
	Sem informação	4	1,7
	TOTAL	244	100,00
FILHOS DEPENDENTES	Sim	141	57,8
	Não	85	34,8
	Sem informação	18	7,4
	TOTAL	244	100,0
OUTROS DEPENDENTES ² (exceto filhos)	Sim	24	9,8
	Não	170	69,7
	Sem informação	50	20,5
	TOTAL	244	100,00
TAREFAS DOMÉSTICAS SÃO PESO A MAIS	Grande	116	47,5
	Moderado	66	27,1
	Pequeno	36	14,8
	Quase nenhum	25	10,2
	Sem informação	1	0,4
	TOTAL	244	100,00
DEDICA À FAMÍLIA O TEMPO QUE GOSTARIA	Bastante	15	6,1
	Moderadamente	62	25,4
	Pouco	100	41,0
	Quase nada	65	26,7
	Sem informação	2	0,8
	TOTAL	244	100,0

Informaram dedicar-se à família menos tempo do que gostariam, devido ao trabalho, 41,0% dos professores (Tabela 1), aspecto pouco estudado nesta categoria. Faria (2010) constatou a existência de conflitos entre a atividade docente e o convívio e as atribuições familiares entre professores do ensino fundamental e médio

5.2. Algumas características do trabalho

A quase totalidade dos professores (93,2%) era regida pelo estatuto dos funcionários públicos municipais de Avaré - SP e os demais, pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Nas sociedades capitalistas a manutenção e a reprodução da força de trabalho são garantidas à maioria da população por meio do pagamento de salário, principal forma de distribuição nessas sociedades. Assim, a retribuição - salário e outros benefícios - constitui importante aspecto do trabalho assalariado, uma vez que é através dele que a maioria dos trabalhadores adquire os bens e serviços necessários à sua subsistência e de suas famílias.

Na Tabela 2 são apresentadas algumas das características do trabalho da população estudada.

Neste estudo, 59,4% dos professores manifestaram satisfação com a retribuição - salário, vale refeição, etc. (Tabela 2). Esta proporção foi semelhante à observada por Carraro (2015) entre professores do ensino fundamental de Bauru – SP, dos quais 58,8% revelaram estar satisfeitos com a remuneração recebida. Trata-se de dois estudos efetuados posteriormente à Lei Nº 11.738, de 16 de julho de 2008 que estabeleceu o piso salarial nacional mensal dos professores do ensino fundamental em R\$ 950,00 para jornada de, no máximo, 40 horas semanais (BRASIL, 2008).

Com os reajustes anuais esse piso passou a R\$ 1.697,39 em 2014 e a R\$ 1.917,78 em 2015. Além disso, refere-se a jornada de 40 horas semanais e a professores com grau de escolaridade média (Curso Normal).

Em Avaré – SP, todos os professores do ensino fundamental municipal possuíam licenciatura e, em 2015, o piso salarial inicial para jornada semanal de 30 horas era de R\$2.000,00 (dois mil reais).

TABELA 2 - PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE AVARÉ - SP, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO. 2015.

VARIÁVEIS DE EXPOSIÇÃO		Nº	%
RETRIBUIÇÃO (GRAU DE SATISFAÇÃO)	Elevado	2	0,8
	Regular	140	57,4
	Pequeno	83	34,0
	Quase nenhum	16	6,6
	Sem informação	3	1,2
	Total	244	100,00%
TEMPO DE TRABALHO NA ESCOLA (anos)	1 a 5	40	16,4
	6 a 10	43	17,6
	11 a 15	54	22,1
	16 a 20	48	19,7
	21 e mais	59	24,2
	TOTAL	244	100,0
JORNADA SEMANAL	Menos de 19 horas	5	2,0
	20 a 39 horas	104	42,6
	40 a 49 horas	62	25,4
	50 e mais horas	67	27,5
	Sem informação	6	2,5
	TOTAL	244	100,0
PERÍODO DO DIA EM QUE LECIONA	Manhã	30	12,3
	Tarde	23	9,4
	Noite	10	4,1
	M + T	145	59,4
	M + N ou T+N	11	4,5
	M + T + N	17	7,0
	Sem informação	8	3,3
	TOTAL	244	100,0
LEVAR TRABALHO PARA CASA	Nunca ou quase nunca	8	3,3
	Às vezes	94	38,5
	Frequentemente	86	35,2
	Todo dia ou quase todo dia	53	21,7
	Sem informação	3	1,2
	TOTAL	244	100,0
NÚMERO DE ESCOLAS EM QUE LECIONA	Uma	101	41,4
	Duas	101	41,4
	Três	16	6,6
	Quatro ou mais	11	4,5
	Sem informação	15	6,1
	TOTAL	244	100,0
HISTÓRIA DE AGRESSÃO RELACIONADA AO TRABALHO	Sim	116	47,5
	Não	126	51,7
	Sem informação	2	0,8
	TOTAL	244	100,0

Até que ponto o piso salarial estabelecido por lei está influenciando a opinião satisfatória dos professores de Avaré - SP em relação aos próprios salários? Por outro lado, não se pode desconsiderar que cerca de 40% dos professores manifestaram insatisfação com a remuneração recebida.

Isto porque, ao longo dos últimos anos, vários autores têm assinalado que mais de 60% dos professores do ensino fundamental, sobretudo na rede pública, consideram baixos os salários que recebem, face às suas atribuições e responsabilidades, o que indica desvalorização dessa categoria profissional (TOLOSA, 2000; DELCOR, 2003; GASPARINI et al., 2006; GOMES e BRITO, 2006; NEVES e SELIGMAN-SILVA, 2006). Estes estudos em que majoritariamente os professores consideraram baixos os salários que recebem são anteriores ao estabelecimento do piso salarial para os profissionais do magistério público na educação fundamental (Lei Nº 11.738, de 16 de julho de 2008).

Codo (2002), há mais de quinze anos, além dos baixos salários recebidos pelos professores no Brasil, observou disparidade salarial de até 900% entre esses profissionais nas diferentes redes estaduais de ensino.

O estado que, atualmente, paga os melhores salários para jornada de 40 horas é Mato Grosso do Sul. Já o estado de São Paulo está entre os que pagam os menores salários aos professores da rede estadual. Pode-se supor que, igualmente, entre os municípios existam disparidades, o que explicaria as diferenças quanto à satisfação dos professores a respeito dos próprios salários, observadas pelos autores mencionados em parágrafos precedentes, sobretudo se considerarmos tratar-se de estudos efetuados em municípios localizados em estados diferentes.

O tempo de trabalho nas escolas em termos de vida laboral é de grande importância em termos de duração de exposição tanto a fatores de proteção, como a fatores de risco à manutenção da saúde. Instalações físicas adequadas e confortáveis, formas de organização e de

gerenciamento do trabalho que privilegiam a participação, ter à disposição materiais e equipamentos considerados necessários ao trabalho são fatores, dentre outros, que contribuem para o bem-estar e a satisfação dos professores. O contrário disso, sobretudo se persiste ao longo do tempo, tende a provocar perda de entusiasmo e insatisfação com o trabalho, podendo afetar a saúde física e, ou mental dos trabalhadores.

Neste estudo, o tempo médio de trabalho dos professores na escola foi de 15 anos, sendo que 65,2% exerciam suas funções há mais de 11 anos (Tabela 2).

Na literatura científica há estudos que revelaram tempos médios de trabalho nas escolas semelhantes ao observado em Avaré – SP, caso de Vitória da Conquista – BA, onde Reis et al. (2005) observaram 10,4 anos e de Porto et al. (2006), 11 anos; também Gasparini et al (2006) em Belo Horizonte - MG observaram tempo médio de trabalho de 15 anos, enquanto Oliveira (2013) em Jequié - BA encontrou 20 anos de tempo médio de trabalho entre os professores de ensino fundamental que compuseram sua casuística.

Por outro lado, Silvany-Neto et al. (2000) observaram que, em Salvador – BA, o tempo dos professores na ocupação foi de 5,8 anos. Em Bauru – SP, município limítrofe ao de Avaré, Carraro (2015) encontrou tempo médio de trabalho de 4,7 anos.

São muitos os fatores que podem estar influenciando as diferenças observadas e, para melhor compreensão, seria necessário conhecer a história do desenvolvimento do ensino básico de cada município. Um dos fatores que, provavelmente, contribui para as diferenças observadas é a época em que o ensino básico foi municipalizado nas diferentes localidades.

A carga horária semanal de trabalho do professor é constituída pela somatória dos tempos destinados a atividades executadas em sala de aula, atividades pedagógicas coletivas (HTPC), atividades pedagógicas individuais (HTPI) e horário de trabalho livre (HTPL). Segundo informações obtidas na Secretaria Municipal de Saúde de

Avaré, esta carga varia de 30 a 64 horas semanais, sendo que o limite superior não pode ser ultrapassado.

Como revela a Tabela 2, 68,0% dos professores referiram jornada semanal de trabalho de 20 a 49 horas, com média e mediana, respectivamente, de 38,9 e 40 horas. Informaram lecionar dois períodos (manhã e tarde), 59,4% dos professores. Trata-se de resultados semelhantes aos observados em outros estudos (REIS et al., 2005; VEDOVATO e MONTEIRO, 2008; OLIVEIRA, 2013).

Entretanto, em escolas da Grande Vitória, Marchiori *et al.* (2005) observaram que 47% dos professores referiram jornada semanal de trabalho superior a 40 horas e, dentre estes, 7%, mais de 60 horas, ministrando aulas em escolas diferentes e em até três turnos.

A ampliação da carga horária semanal de trabalho constitui mecanismo que muitos professores utilizam para aumentar seus rendimentos, implicando aumento da fadiga, bem como maior tempo exposição a fatores de risco ocupacionais (GOMES e BRITO, 2006; GASPARINI et al., 2006; REIS et al., 2005).

Neste estudo, 82,8% dos professores referiram trabalhar em uma ou duas escolas, conforme mostra a Tabela 2.

Alguns professores, além de trabalhar em mais de uma escola, como relata Delcor (2003) que constatou que, além de 54,6% trabalhando nessa condição e 19,1% professores exerciam outras atividades remuneradas. Já Carlotto e Palazzo (2008) observaram que 59% dos professores exerciam uma segunda atividade profissional.

Conforme se verifica na Tabela 2, mais da metade dos professores (56,9%) informou levar trabalho para casa rotineiramente (respostas frequentemente e todo dia / quase todo dia).

Estudando a prevalência de burnout em escolas da Grande Porto Alegre, Carlotto e Palazzo (2008) observaram que 96,2% dos professores informaram desenvolver atividades fora do horário normal de trabalho.

Levar trabalho para casa constitui prática recorrente entre professores, revelada por vários estudos sobre condições de trabalho e

processo saúde/doença, e tem sido interpretada como indicativo da intensificação do trabalho dessa categoria profissional. Para muitos professores, isso é consequência da impossibilidade de dar conta das tarefas sob sua responsabilidade durante o horário normal (contratado) de trabalho.

Em estudo qualitativo abordando as repercussões em termos de sobrecarga de trabalho, representadas pela dupla jornada na vida e no trabalho docente, Zibetti e Pereira (2010) registraram a frase proferida por uma professora *“A gente trabalha em casa e também leva trabalho da escola para casa”* (p. 266), que exemplifica a situação em termos de cargas de trabalho a que grande parte das mulheres dessa categoria é submetida.

A violência nas escolas tem sido um tema recorrente na mídia e, neste estudo (Tabela 2), 47,5% dos professores informaram ter sofrido algum tipo de agressão relacionada ao trabalho por parte de alunos, de pais ou de colegas de trabalho.

Gasparini et al. (2006) abordaram a questão da violência contra professores em escolas de Belo Horizonte – MG, constatando que 15% relataram ter sofrido agressões por parte de outros professores ou de funcionários, 74%, por parte de alunos, 57% por parte de pais de alunos e 55% por pessoas externas à escola.,

5.3. Opiniões sobre o trabalho

Na Tabela 3 encontra-se a distribuição dos resultados obtidos sobre algumas opiniões dos professores a respeito de seu trabalho.

Neste estudo, solicitados a opinar a respeito dos recursos materiais existentes na escola, sem especificar quais seriam estes, 61,1% dos professores referiram não dispor dos meios considerados necessários à execução das atividades de ensino sob sua responsabilidade (Tabela 3). Tais condições não são exclusivas das escolas de Avaré, mas repetem-se em outras, como apontam estudos cujos resultados são apresentados a seguir.

Vedovato e Monteiro (2008) observaram em escolas das cidades paulistas de Campinas e de São José do Rio Pardo que 41,3% dos professores consideravam insuficientes os recursos materiais disponíveis. Constatações semelhantes ocorreram em estudo efetuado em escolas de Belo Horizonte – MG por Gasparini *et al.* (2006) e por Gomes e Brito (2006) em escolas da cidade do Rio de Janeiro.

Outro aspecto importante para caracterização das condições gerais de trabalho dos professores refere-se ao número de alunos por classe que, quando excessivo, contribui negativamente para o desempenho dos professores, segundo a opinião de vários autores.

Assunção e Oliveira (2009) assinalam que, apesar dos acordos nacionais e estaduais visando manter em torno de 30 o número de alunos por sala no ensino fundamental, isso dificilmente acontece. No decorrer do ano letivo, seja por evasão escolar, seja por afastamentos de professores devido a convocação para realização de outras atividades ou por doença, são comuns as fusões de turmas, acarretando superlotação de salas e influenciando negativamente nas atividades pedagógicas, uma vez que o número excessivo de alunos prejudica a atenção que o professor é capaz de dispensar aos alunos seja individual como coletivamente. Além disso, classes numerosas também costumam ser mais ruidosas em comparação a classes menores.

Neste estudo (Tabela 3), 45,1% dos professores consideraram o número de alunos por classe excessivo.

Marchiori *et al* (2005) constataram que, em escolas da Grande Vitória – ES, 70% dos professores entrevistados consideravam excessivo o número de alunos por classe. Também Gomes e Brito (2006) no Rio de Janeiro – RJ e Noronha *et al.* (2008) em Montes Claros – MG observaram classes superlotadas nas escolas em que desenvolveram suas pesquisas. Além disso, em Montes Claros, os autores do estudo descrevem instalações físicas precárias, mobiliário em péssimo estado de conservação e espaço de circulação exíguo, dificultando os deslocamentos de alunos e professores.

Segundo Diaz-Serrano e Vieira (2005) a importância atribuída ao período de trabalho em comparação com as demais atividades cotidianas constitui indicação do grau de compromisso com o trabalho e faz com que os trabalhadores avaliem e reavaliem continuamente se recebem em troca o que acreditam merecer o que, segundo os autores, relaciona-se à satisfação e ao desempenho no trabalho.

TABELA 3 - DISTRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE AVARÉ - SP, SEGUNDO ALGUMAS OPINIÕES SOBRE O TRABALHO. 2015.

VARIÁVEIS DE EXPOSIÇÃO		Nº	%
Dispor de materiais necessários	Sim	84	34,4
	Não	149	61,1
	Não sabe	4	1,6
	Sem informação	7	2,9
	TOTAL	244	100,0
Número de alunos por classe	Excessivo	110	45,1
	Razoável	103	42,2
	Bastante adequado	25	10,2
	Sem informação	6	2,5
	TOTAL	244	100,0
Considerar o trabalho como período + importante do dia	Sim	125	51,2
	Não	87	35,7
	Não sabe	21	8,6
	Sem informação	11	4,5
	TOTAL	244	100,0
Acreditar poder continuar trabalhando mantidas as condições atuais de trabalho	Sim	36	14,8
	Não	140	57,4
	Não sabe	64	26,2
	Sem informação	4	1,6
	TOTAL	244	100,0
Satisfação no trabalho	Satisfeito	121	49,6
	Insatisfeito	123	50,4
	TOTAL	244	100,0

A importância atribuída ao período de trabalho docente constituiu um

dos itens do instrumento aplicado neste estudo, aspecto, entretanto, praticamente não abordado em estudos sobre condições de trabalho dos professores.

Neste estudo, 51,2% dos professores consideraram o tempo destinado ao trabalho docente como o período mais importante do dia (Tabela 3). Carraro (2015) observou proporção semelhante, com 48,4% dos professores do ensino fundamental municipal de Bauru – SP informando considerar tal período como o mais importante do dia.

A decisão de permanecer no emprego, nas condições de trabalho a que estão submetidos constitui importante fator preditivo do grau de bem-estar do sujeito (DIAZ-SERRANO e VIEIRA, 2005). Este aspecto também não tem sido abordado em estudos sobre condições de trabalho dos professores.

Neste estudo, 57,4% dos professores participantes não acreditavam ser possível continuar trabalhando por muito tempo, mantidas as condições de trabalho vigentes, conforme pode ser verificado na Tabela 3.

Em professores do ensino fundamental de Bauru – SP, Carraro (2005) observou que apenas cerca de um terço dos participantes consideraram ser possível continuar trabalhando por muitos anos sob as condições de trabalho vigentes.

O abandono da profissão foi estudado por Lapo e Bueno (2002, 2003) através da análise das solicitações de exoneração de professores efetivos do estado de São Paulo. Essas autoras observaram aumento de tais pedidos da ordem de 300% entre 1990 e 1995, mais elevado para escolas da capital do que da Grande São Paulo e do interior. Ainda que a decisão de se exonerar esteja relacionada com a insatisfação das expectativas profissionais, são discutidas as dificuldades de ruptura de vínculos estabelecidos com a escola, com os alunos e com a comunidade, o que exige esforços por parte dos professores. Além disso, o abandono do emprego, além de provocar frustração e sensação de fracasso, representa perda de conquistas - cargo, trabalho, relacionamentos -, assim como de

sonhos e de ideais. Em outras palavras, perda de uma parte da própria identidade.

É consensual que indivíduos satisfeitos com seu trabalho apresentam maior rendimento e adoecem menos. Na Tabela 3 verifica-se que praticamente a metade da população estudada (49,8%) estava insatisfeita com seu trabalho e o coeficiente alfa de Cronbach foi de 77,9. Esta proporção elevada é semelhante ao de dois outros estudos que utilizaram o mesmo instrumento para avaliação da satisfação no trabalho: Alves (2009), entre trabalhadores penitenciários de Avaré – SP (41,6% de insatisfeitos) e Carraro (2015), entre professores do ensino fundamental de Bauru - SP (47,3 de insatisfeitos). Utilizando o mesmo instrumento, Braga (2007) encontrou 28,6% de insatisfeitos entre trabalhadores da atenção primária em saúde de Botucatu – SP.

5.4. Situação de trabalho segundo modelo de Karasek

Os resultados da aplicação do modelo demanda – controle – suporte, são mostrados na Tabela 4, na qual são também apresentados os valores das médias e medianas. Como pontos de corte - baixo/elevado – adotaram-se as respectivas médias.

Em artigo de revisão, Mello Alves et al. (2013) registraram produção científica crescente sobre exposições psicossociais no trabalho por meio de aplicação do modelo de Karasek, utilizando o *Job Content Questionnaire* (JCQ). Esses autores consideram que, apesar de tratar-se de instrumento consolidado, foram observadas formas de utilização bastante variadas, particularmente quanto ao número de itens incluídos nos questionários e os pontos de cortes utilizados, o que dificulta a comparação entre diferentes estudos. Além disso, os autores apontam a necessidade de prosseguir os estudos que avaliam o papel do apoio social no trabalho como modificador de efeito da situação de alta exigência (*job strain*).

Encontra-se na Tabela 4 a distribuição dos professores segundo os parâmetros do modelo de Karasek.

TABELA 4 - PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE AVARÉ-SP, DISTRIBUIDOS SEGUNDO MODELO DE KARASEK. 2015.

MODELO DE KARASEK		Nº	%
DEMANDAS PSICOLÓGICAS (Média=15,6; mediana=16)	Baixas	97	39,8
	Elevadas	147	60,2
	TOTAL	244	100,0
GRAU DE CONTROLE (Média=17,7; mediana=18)	Baixo	106	43,6
	Elevado	137	56,4
	TOTAL	243	100,0
SUORTE SOCIAL NO TRABALHO (Média=19,6; mediana=20)	Baixo	112	46,1
	Elevado	131	53,9
	TOTAL	243	100,0
SITUAÇÃO DE TRABALHO	Baixo desgaste	70	28,8
	Trabalho passivo	26	10,7
	Trabalho ativo	67	27,6
	Alto desgaste	80	32,9
	TOTAL	243	100,0

Como se verá a seguir, todos os estudos efetuados com professores, utilizando o modelo de Karasek e aplicando o JCQ, revelaram que esses profissionais estão submetidos a demandas psicológicas elevadas, entendendo-se estas como resultantes, tanto da quantidade de trabalho para executar na unidade de tempo, como da inadequação entre as capacidades do sujeito e as exigências do trabalho (KARASEK, 2005).

A análise de cada um dos componentes desse modelo (Tabela 4) revelou predomínio de sujeitos cujas pontuações corresponderam a demandas psicológicas elevadas, grau de controle elevado e suporte social no trabalho também elevado.

Neste estudo, 60,2% dos professores apresentaram demandas psicológicas elevadas (Tabela 4).

Em Vitória da Conquista - BA, Delcor (2003) encontrou demandas psicológicas elevadas em 53,9% dos professores da rede particular de

ensino, Reis *et al.* (2005), em 50,8% dos professores das escolas municipais e Porto (2006) em 48,2% dos professores da rede pública.

Carraro (2015), em professores do ensino fundamental de Bauru-SP, observou que 50,7% dos professores apresentavam demandas psicológicas elevadas no trabalho.

Para vários autores, dentre os quais, Barroso (2004), Oliveira (2004), Gasparini, Barreto e Assunção (2006), Tardif e Lessard (2007), Saviani (2008), Assunção e Oliveira (2009), Carneiro (2014), as mudanças ocorridas no setor da educação a partir de 1996, em virtude da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e do Plano Nacional de Educação, passaram a implicar aumento de responsabilidade e criação de novas exigências para os professores, representando maior sobrecarga de trabalho e, portanto, aumento das demandas psicológicas para esses profissionais. Numerosas exigências relacionadas ao atendimento de diversas necessidades dos alunos, atendimento aos pais ou responsáveis, aumento das tarefas burocráticas implicando, muitas vezes, extensão da jornada e ultrapassando o horário de trabalho contratado são algumas das mudanças relacionadas à lei mencionada.

Karasek (1998, 2005) considera que elevado grau de controle sobre seu próprio trabalho, propiciando ao trabalhador interferir na organização e no planejamento de suas atividades, assim como na forma de sua execução, constitui fator de proteção à sua saúde, neutralizando, ao menos em parte, os efeitos deletérios de demandas psicológicas elevadas. Já situações de trabalho em que o trabalhador possui escassa ou nenhuma autonomia para executar seu trabalho constitui fator de risco de adoecimento.

A Tabela 4 mostra que 56,4% dos professores foram classificados como apresentando em grau de controle elevado sobre o próprio trabalho, o que significa que consideraram possuir autonomia para executar seu trabalho com base em suas experiências, habilidades e conhecimentos.

Entretanto, Tolosa (2000) assinala que o controle sobre a organização do trabalho não se restringe às escolhas referentes ao ato de

ensinar, mas abrange as relações estabelecidas entre a direção e a coordenação escolar, colegas e alunos, bem como interações com pais de alunos e com a comunidade na qual a escola se insere.

Dentre os estudos entre professores utilizando o modelo demanda-controle, quase a totalidade revela que os docentes estão classificados como detentores de elevado grau de controle sobre o próprio trabalho. Em Vitória da Conquista – BA encontravam-se nessa condição 58,7% dos professores da rede privada de ensino (DELCOR, 2003), 80,0% dos professores das escolas municipais (REIS *et al.*, 2005) e 53,1% dos professores da rede pública (PORTO, 2006).

No estudo realizado por Carraro (2015) entre professores do ensino fundamental de Bauru – SP, utilizando exatamente o mesmo questionário (JCQ) empregado neste estudo, 63,6% dos professores foram classificados como possuidores de elevado grau de controle sobre o próprio trabalho.

A introdução de questões que investigam suporte social no trabalho foi acrescentada ao Modelo de Karasek por Johnson (1988), autor que sustenta que este suporte constitui fator de proteção à saúde dos trabalhadores.

A Tabela 4 revela também que 53,9% dos professores do ensino fundamental obtiveram pontuação que os classificou como apresentando elevado suporte social no trabalho. Empregando o mesmo questionário deste estudo, Carraro (2015) observou que 48,7% dos professores do ensino fundamental de Bauru – SP apresentavam elevado grau de suporte social no trabalho.

Os resultados deste estudo quanto à situação de trabalho, definida a partir de combinações demandas psicológicas e grau de controle sobre o próprio trabalho, que se encontra na Tabela 4 (modelo bidimensional de Karasek), revelou baixa porcentagem de professores na situação de trabalho passivo (10,7%) e porcentagens semelhantes nas situações de baixo desgaste (27,6%) e de trabalho ativo (28,8%). A maior porcentagem de professores (32,9%) foi observada na situação de desgaste elevado (job

strain), ou seja na considerada pior condição em termos de estresse no trabalho.

Já em Bauru – SP, entre professores do ensino fundamental, utilizando exatamente as mesmas questões do JCQ Carraro (2015) constatou maior porcentagem de professores na situação de baixo desgaste (35,0%). Assim, enquanto entre professores de Bauru – SP houve maior proporção de indivíduos na situação de baixo desgaste, considerada a melhor situação de trabalho, em Avaré houve predomínio de indivíduos na situação de desgaste elevado *ou job strain*, considerada a pior situação de trabalho segundo o modelo utilizado.

Porto et al (2006) também observaram maior porcentagem (36,1%) de professores na situação de baixo desgaste, por eles denominada situação de baixa exigência e 15,7% na situação de desgaste elevado (denominada situação de alta exigência). Ou seja, houve maior proporção de professores na melhor situação de trabalho e menor proporção na de desgaste elevado, à semelhança do observado no estudo de Carraro (2015).

Estas diferenças sugerem piores condições gerais de trabalho em algumas escolas e, ou alguns municípios, cujo esclarecimento implica aprofundamento das investigações, por exemplo, por meio de pesquisas qualitativas, visando identificar em maior profundidade os fatores de desgaste e sofrimento mental presentes nas diferentes realidades de trabalho dos professores.

As variações no número de questões / versões do *Job Content Questionnaire* (JCQ) que alguns autores utilizaram para investigar estresse no trabalho de professores, bem como forma de apresentação dos resultados obtidos dificultam a comparação com os resultados deste estudo. Por exemplo, Delcor (2003) e Delcor et al. (2004) apresentam os resultados, não de acordo com as pontuações que definem as situações de trabalho, mas segundo as questões formuladas. Reis et al. (2005) não apresentam os resultados da distribuição dos professores segundo a situação de trabalho, mas apenas os resultados dos cruzamentos com a variável de desfecho (TMC).

Para Delcor et al. (2004), no estudo das condições de trabalho e

saúde dos professores da rede particular de ensino de Vitória da Conquista - BA, os professores valorizaram os aspectos do trabalho relacionados ao grau de controle sobre o próprio trabalho e à existência de suporte social no trabalho. Já no estudo de Lapo e Bueno (2003) foram valorizadas as relações e os vínculos estabelecidos no ambiente de trabalho.

Para facilitar o entendimento, foi elaborada a Figura 2 segundo a distribuição dos professores de acordo com a situação de trabalho revelada pela aplicação do Modelo de Karasek (2005).

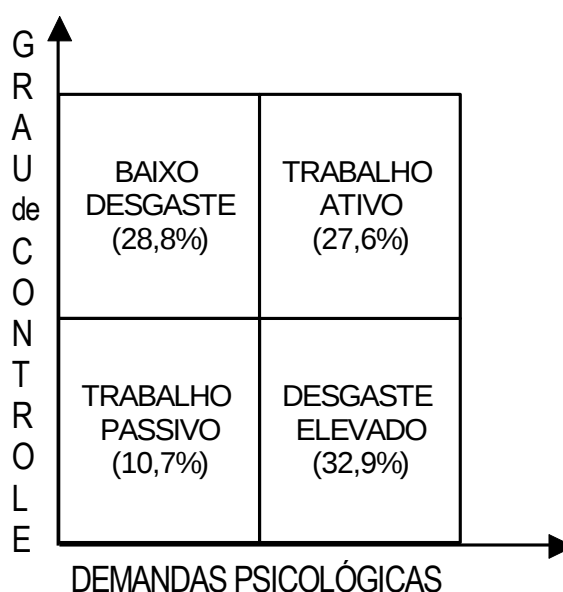


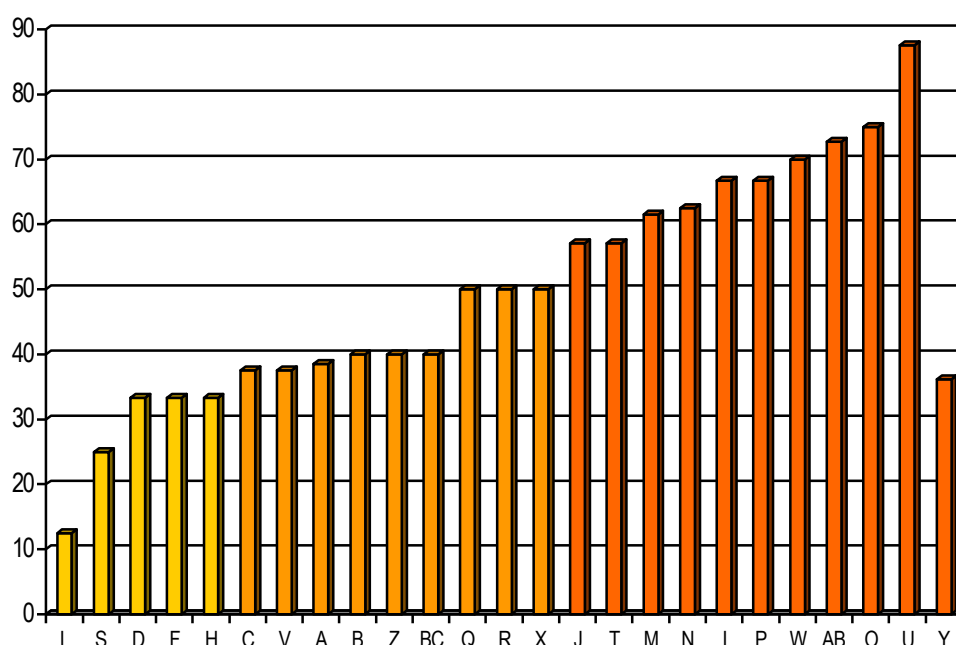
FIGURA 2 –PROFESSORES DE ENSINO FUNDAMENTAL DE AVARÉ, SP, SEGUNDO SITUAÇÃO DE TRABALHO DE ACORDO COM MODELO DE KARASEK. 2015

5.5. Prevalência de transtornos mentais comuns (TMC)

Como explicitado em métodos, neste estudo, a variável de desfecho foi a ocorrência de transtornos mentais comuns, identificada por meio do *Self Reporting Questionnaire* (SRQ-20). Dos 244 professores investigados, dois responderam parcialmente os itens do SRQ-20. Dentre os 242 que o preencheram de maneira satisfatória, constatou-se 48,8% de professores apresentando transtornos mentais comuns (118/242), superior às observadas na população geral, e considerada elevada.

A prevalência de TMC variou de 12,5% a 87,5%, segundo estabelecimento escolar conforme revela o Gráfico 1. O desenho do estudo aliado ao tamanho da população estudada não propiciaram a identificação de peculiaridades das escolas que poderiam estar associados a estas diferenças.

Delcor *et al.* (2004) também observaram prevalências de TMC que variaram de 17,6% a 66,7% entre professores de dez escolas de Vitória da Conquista – BA. Esses autores consideraram que tal resultado sugeria a existência de diferenças entre as escolas que, entretanto, não puderam ser evidenciadas pelo estudo.



Obs.: A letra Y corresponde a professores que por ministrar aulas em numerosas não foram alocados em nenhuma escola

GRÁFICO 1 – OCORRÊNCIA DE TRANSTORNOS MENTAIS COMUNS SEGUNDO ESCOLA DO ENSINO FUNDAMENTAL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE AVARÉ – SP. 2015

Neste estudo, a partir dos resultados mostrados no Gráfico 1 e levando-se em conta que estudos populacionais apresentam prevalência de TMC entre 20% e 36% (Lima *et al.*, 1999; Ludermir, 2000; Ludermir e Mello Filho, 2002; Costa *et al.*, 2002; Lopes *et al.*, 2003; Lima, 2004; Araujo, 2005; Costa e Ludermir, 2005; Marin-Leon *et al.*, 2007; Anselmi *et al.*, 2008; Rocha *et al.*, 2010) as escolas foram divididas em três grupos:

- (a) escolas que apresentaram prevalência de TMC menor do que 36% (limite superior observado em estudos populacionais);
- (b) escolas que apresentaram de prevalência “muito elevada” de 36% e 50%;
- (c) escola em que a prevalência de TMC foi considerada “alarmante”, ou seja, maior do que 50%.

Os critérios adotados para definição dos dois últimos grupos foram estabelecidos pela pesquisadora.

Cinco escolas (L, S, D, F e H) apresentaram prevalências de TMC menores do que 36%; nove escolas (C, V, A, B, Z, BC, Q, R, X) apresentaram prevalências entre 36% e 50% e dez escolas (J, T, M, N, I, P, W, AB, O e U), prevalências de TMC maiores do que 50%.

Segundo Gomes e Brito (2006), a intensidade do trabalho docente varia ao longo do ano e os professores referem que o final do ano letivo corresponde ao período em que se sentem mais cansados, com mais insônia, ansiedade, irritação e estresse.

Visto que, neste estudo, a coleta de informações foi efetuada em abril 2014, a prevalência de TMC entre os professores de educação fundamental de Avaré - SP são deveras preocupantes, sobretudo para aqueles que lecionam nas escolas em que mais de 50% dos docentes apresentaram tais transtornos.

Na mesma categoria de trabalhadores, em estudos com desenho semelhante, outros autores também constataram prevalências de transtornos mentais comuns elevadas: Reis et al. (2005), prevalência de 55,90%; Araujo et al (2006), prevalência de 56,8% entre as mulheres; Oliveira (2013), prevalência de 54,7%; Delcor (2003), prevalência de 41,5%; Porto et al. (2006), prevalência de 44%; Carraro (2015), prevalência de 36,5%.

5.6. Identificação de fatores de risco para transtornos mentais comuns

A verificação de associação entre as variáveis de exposição (relacionadas à pessoa, ao trabalho, à satisfação no trabalho e à situação de

trabalho segundo modelo demanda-controle) com a variável de desfecho (transtornos mentais comuns) foi testada por meio de regressão logística simples⁴, utilizando-se o teste de qui-quadrado, adotando-se nível de significância de 0,05 e incluindo-se no modelo de regressão logística múltipla as variáveis em que o valor de p foi igual ou menor do que 0,25, conforme descrito em métodos.

A Tabela 5 apresenta o resultado do cruzamento entre as variáveis de exposição relativas à pessoa e a ocorrência de TMC. Verifica-se nesta tabela que nenhuma das quatro variáveis de exposição relativas à pessoa, testadas por regressão logística simples, associou-se à ocorrência de transtornos mentais comuns (TMC).

Vários estudos entre professores tem revelado maior prevalência de transtornos mentais comuns em mulheres do que em homens, (COSTA et al., 2002; ARAÚJO et al., 2005; ARAÚJO et al., 2006, SOUZA, 2008, SANTOS e SIQUEIRA, 2010) e tal diferença tem sido atribuída à dupla jornada de trabalho das mulheres que, além de atividades docentes, executam tarefas domésticas e cuidam dos filhos.

Araújo et al. (2006) constataram maior prevalência de TMC entre professoras com sobrecarga doméstica elevada em comparação com as que apresentavam baixa sobrecarga.

Possivelmente, em virtude do pequeno número de homens que compuseram a casuística deste estudo, (20 homens, 7,2%) não se observou associação entre gênero e ocorrência de TMC (Tabela 5).

Tampouco se observou associação entre grupo etário e prevalência de TMC, como revela a Tabela 5, à semelhança do que constatado pelos estudos de Reis (2005) e de Gasparini (2006). Já entre professores do ensino fundamental municipal de Bauru – SP, Carraro (2015) observou existência de associação entre grupo etário e prevalência de TMC.

A Tabela 5 revela que não houve associação entre estado civil e

⁴ Os resultados e a discussão dos resultados obtidos com a aplicação desse modelo são apresentados como exercício, uma vez que apenas as variáveis de exposição que permaneceram associadas à variável de desfecho no modelo de regressão logística múltipla foram consideradas fatores de risco.

prevalência de TMC, resultado semelhante aos obtidos, entre professores, por Reis et al (2005) e por Gasparini et al (2006). Entretanto, Oliveira (2013) observou que ser mulher viúva ou separada constituiu fator de risco para ocorrência TMC entre professores, de forma similar ao que ocorre em estudos efetuados com a população geral.

TABELA 5 – TRANSTORNOS MENTAIS COMUNS EM PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE AVARÉ – SP SEGUNDO VARIÁVEIS RELACIONADAS À PESSOA. 2015.

VARIÁVEL DE EXPOSIÇÃO		TMC		VALOR de p
		SIM	NÃO	
SEXO	Masculino	8 (40,0%)	12 (60,0%)	$p = 0,4592$
	Feminino	107 (48,9%)	112 (51,1%)	
GRUPO ETÁRIO	25 a 39	43 (53,8%)	37 (46,2%)	$p = 0,1907$
	40 a 49	35 (50,0%)	35 (50,0%)	
	50 e mais	25 (38,5%)	40 (61,5%)	
SITUAÇÃO CONJUGAL	Solteiro	27 (55,1%)	22 (44,9%)	$p = 0,5524$
	Casado / companheiro	74 (47,4%)	82 (52,6%)	
	Separado, divorciado ou viúvo	15 (44,1%)	19 (55,9%)	
DEPENDENTES ¹ (filhos e, ou outros)	Sim	72 (51,4%)	68 (48,6%)	$p = 0,4198$
	Não	39 (45,9%)	46 (54,1%)	

1 – Entre os 10 professores que referiram possuir dependentes que exigiam cuidados especiais, cinco apresentaram TMC.

Encontram-se na Tabela 6 os resultados dos cruzamentos entre algumas características do trabalho e ocorrência de TMC.

Pode-se verificar na Tabela 6 que a aplicação do modelo de regressão logística simples revelou associação entre ocorrência de TMC e as seguintes variáveis de exposição:

- retribuição,
- levar trabalho para casa
- trabalho docente impossibilitando dedicar à família o tempo que gostaria,
- peso do trabalho doméstico,
- histórico de agressão no trabalho

TABELA 6 – TRANSTORNOS MENTAIS COMUNS EM PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE AVARÉ – SP, DE ACORDO COM ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO. 2015.

VARIÁVEL DE EXPOSIÇÃO		TMC		VALOR de p
		SIM	NÃO	
RETRIBUIÇÃO salário, vales etc.	Satisfatória	58 (41,1%)	83 (58,9%)	$p=0.0006$
	Insatisfatória	58 (58,7%)	41 (41,3%)	
TEMPO DE TRABALHO NA ESCOLA (anos)	1 a 5	19 (47,5%)	21 (52,5%)	$p = 0,2189$
	6 a 15	53 (55,2%)	43 (44,8%)	
	16 e mais	46 (43,4%)	60(56,6%)	
JORNADA SEMANAL	Menos de 40 horas	50 (45,9%)	59 (54,1%)	$p = 0,4510$
	40 e mais horas	65 (50,8%)	63 (49,2%)	
LEVAR TRABA- LHO PARA CASA	Sim (diaria/ e frequente/)	76 (54,7%)	63 (45,3%)	$p = 0,0311$
	Não (nunca e às vezes)	41 (41,0%)	59 (59,0%)	
NÚMERO DE PERÍODOS LECIONADOS	Um	25 (40,3%)	37 (59,7%)	$p = 0,2518$
	Dois	79 (51,0%)	76 (49,0%)	
	Três	10 (58,8%)	7 (41,2%)	
NÚMERO DE ESCOLAS EM QUE LECIONA	Uma	46 (46,0%)	54 (54,0%)	$p = 0,0772$
	Duas	47 (46,1%)	55 (53,9%)	
	Três ou mais	18 (69,2%)	8 (30,8%)	
TRABALHO DOMÉSTICO É PESO A MAIS	Sim	100 (55,6%)	80 (44,4%)	$p<0,0001$
	Não	18 (29,0%)	44 (71,0%)	
TRAB. PERMITE DEDICAR TEMPO À FAMÍLIA	Sim	20 (26,31%)	56 (73,69%)	$p<0,0001$
	Não	98 (59,8%)	66 (40,2%)	
HISTÓRIA DE AGRESSÃO	Sim	66 (57,39%)	49 (42,61%)	$p = 0,012$
	Não	52 (41,6%)	73 (58,4%)	

Neste estudo, a aplicação do modelo de regressão logística simples revelou associação entre retribuição pelo trabalho e prevalência de transtornos mentais comuns ($p=0.0006$).

Alguns autores, como Vedovato e Monteiro (2008) e Zibett e Pereira (2010) consideram que os professores recebem remuneração insuficiente em relação às necessidades próprias e familiares, o que os leva à extensão da jornada de trabalho e a lecionar em mais de um estabelecimento de ensino. Entretanto, esses autores não investigaram a existência de associação entre remuneração e prevalência de TMC.

Porto *et al.* (2006), em Vitória da Conquista – BA e Oliveira (2013), em Jequié – BA estudaram a prevalência de TMC em professores: o primeiro estudo não faz menção aos rendimentos e o segundo, embora esta variável tenha sido utilizada na descrição geral da casuística, não foi testada quanto à existência de associação com a prevalência de TMC.

Delcor (2003) e Reis (2005) não observaram associação entre rendimento mensal de professores de Vitória da Conquista – BA e prevalência de TMC. Entretanto, nesse mesmo município, Farias e Araujo (2011) observaram que rendimento mensal inferior a um salário mínimo associou-se à prevalência de transtornos mentais comuns.

Gasparini *et al.* (2006) também não observaram associação entre rendimento mensal e transtorno mental avaliado por meio do *General Health Questionnaire* (GHQ).

A Tabela 6 revela que 56,9% das professoras informaram levar trabalho para casa e a aplicação do modelo de regressão logística simples revelou associação entre esta variável de exposição e prevalência de TMC ($p=0,0311$).

Trata-se de prática frequente entre professores, consequência da impossibilidade de dar conta das tarefas sob sua responsabilidade durante o horário normal de trabalho e considerada indicativa da intensificação do trabalho docente (ZIBETTI e PEREIRA, 2010).

Assunção e Oliveira (2009) consideram a intensificação do trabalho como fenômeno caracterizado por aspectos quantitativos - aumento do

volume de tarefas - e qualitativos - modificações das atividades sem o necessário suporte social no trabalho. Para essas autoras as políticas educacionais que vem sendo adotadas a partir dos anos 1990, caracterizam-se por se orientar para a formação da força de trabalho, de acordo com as necessidades do capital e, ao mesmo tempo, constituem uma política social, pois apresentam também o objetivo de reduzir as desigualdades sociais por meio da universalização do ensino fundamental e da expansão do ensino médio.

Nesse contexto, segundo as autoras, as escolas são submetidas a aumento de demandas com consequente aumento do número de matrículas, do número de turmas e do número de alunos por sala de aula. Ao lado disso, os gestores das escolas vêm sendo cada vez mais pressionados pelos níveis hierárquicos superiores a adotar critérios de eficácia, de produtividade e de excelência (ASSUNÇÃO e OLIVEIRA, 2009)

Paralelamente a tais exigências, a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (BRASIL, 1996) estabelece que as escolas deixem de se restringir às atividades exclusivamente em salas de aula, atribuindo-lhes, dentre outras, a de estabelecer relações com a comunidade e de participar da gestão e do planejamento pedagógico.

Para Assunção e Oliveira (2009), *“quanto mais pobre e carente o contexto no qual a escola está inserida, mais demandas chegam até elas e, conseqüentemente, aos docentes”* (p. 355).

É interessante assinalar que vários estudos sobre trabalho e saúde dos professores não abordam a questão da localização geográfica das escolas de modo a propiciar identificação das condições sociais e econômicas das regiões nas quais se inserem e das quais são provenientes seus alunos. Isto também aconteceu neste estudo.

O trabalho doméstico constitui um grande peso a mais que se soma ao trabalho docente (Tabela 1) para 47,1% dos professores e moderado, para 27,1%. A aplicação do modelo de regressão logística simples (Tabela 6) revelou associação entre esta variável de exposição e prevalência de TMC ($p < 0,0001$).

Além das atividades docentes, ser responsável pela execução de trabalho doméstico caracteriza a dupla jornada de trabalho das mulheres, o que tem sido assinalado por vários autores. Zibetti e Pereira (2010) consideram que as exigências da docência, quando acrescidas das exigências do trabalho doméstico, implicam sobrecarga adicional de trabalho para as mulheres, tanto na vida, quanto no trabalho, o que contribui para a deterioração da qualidade de vida dessas profissionais.

Araujo *et al.* (2006), abordando trabalho docente, gênero e implicações para a saúde de professores, insistem na importância da análise global da sobrecarga de trabalho, uma vez que as mulheres constituem mais de 80% da força de trabalho da educação. Esses autores observaram que, enquanto entre os homens submetidos a sobrecarga doméstica a prevalência de TMC foi de 34,0%, entre as mulheres sob tal sobrecarga, a prevalência desses transtornos foi significativamente mais elevada: 56,8%, indicando necessidade de aprofundar as questões de gênero em estudos no campo da saúde, considerando que ainda há muitos aspectos a explorar.

Pinho e Araujo (2012) analisaram a existência de associação entre sobrecarga doméstica e prevalência de transtornos mentais comuns em amostra populacional de mulheres de quinze ou mais anos, moradoras em zona urbana de Feira de Santana – BA. A sobrecarga doméstica foi avaliada a partir de informações sobre lavar, passar, limpar e cozinhar. As autoras observaram que 34,3% das mulheres apresentavam sobrecarga doméstica elevada. Observaram também a existência de associação linear positiva desta com prevalência de TMC, ou seja, o aumento da sobrecarga doméstica acompanhou-se do aumento da prevalência de TMC.

Estudos epidemiológicos que investigam condições gerais de trabalho e prevalência de TMC não tem investigado a eventual interferência do trabalho docente no tempo dedicado à família.

Neste estudo (Tabela 1), 67,7% dos professores informaram não se dedicar à família como gostariam devido ao trabalho docente e a Tabela 6 mostra a existência de associação entre esta variável e prevalência de TMC ($p < 0,0001$).

Faria (2010) estudando os conflitos entre trabalho dos professores e convívio e atribuições familiares destaca a importância de distinguir quando a atividade familiar interfere com o trabalho e vice-versa. Este autor constatou que 72,6% dos entrevistados referiram vivenciar situações em que as atividades docentes os impedem de dedicar-se a atividades familiares.

Ter sido vítima de agressões relacionadas ao trabalho constitui aspecto pouco abordado em estudos de prevalência de TMC em professores.

Neste estudo, 47,5% dos professores referiram ter sofrido agressão relacionada ao trabalho (Tabela 2) e a aplicação do modelo de regressão logística simples (Tabela 6) revelou associação entre histórico de agressão e prevalência de transtornos mentais comuns ($p = 0,012$).

Em escolas de Belo Horizonte – MG, Gasparini *et al.* (2006) observaram elevada proporção de professores com histórico de agressões relacionadas ao trabalho, com destaque para agressões por parte de alunos (74%), por pais de alunos (57%) e por pessoas externas à escola (55%). A análise por meio de regressão logística simples revelou associação entre ter sido vítima (a) de mais de um episódio de agressão por parte de aluno, (b) de um ou mais episódios por parte de pais de alunos, (c) ter sofrido agressão externa à escola e prevalência de transtornos mentais comuns.

As autoras referem que, após aplicação do modelo de regressão logística múltipla, permaneceram associadas as variáveis de exposição ter sofrido mais de um episódio agressivo tanto por pais de alunos, quanto em ambiente externo à escola. Em face desses resultados recomendaram o aprofundamento do estudo da violência no ambiente escolar com abordagem interdisciplinar e envolvendo outros setores sociais.

A Tabela 7 mostra os resultados dos cruzamentos entre as variáveis de exposição referentes a algumas opiniões sobre o trabalho e a variável de desfecho, TMC. A aplicação do teste de regressão logística simples revelou associação entre prevalência de TMC e as variáveis de exposição:

- disponibilidade de materiais necessários à realização do trabalho docente,
- número de alunos por classe,

- possibilidade de continuar no emprego sob as mesmas condições,
 - satisfação no trabalho,
- com a variável de desfecho, isto é, ocorrência de transtornos mentais comuns.

Quanto à disponibilidade de materiais necessários à execução de suas atividades, 61,1% dos professores do ensino fundamental de Avaré – SP responderam negativamente (Tabela 3) e a aplicação do modelo de regressão logística simples (Tabela 7) revelou existência de associação entre essa variável de exposição e prevalência de TMC ($p < 0,0001$).

Vedovato e Monteiro (2008), apesar de ter investigado a disponibilidade de recursos materiais nas escolas estudadas, não fazem referência à existência de eventuais relações com a saúde dos professores. Investigando este mesmo aspecto, Gasparini et al. (2006), não observaram associação entre disponibilidade de materiais necessários às atividades docentes e prevalência de TMC.

Outra característica importante das condições de trabalho dos professores refere-se ao número de alunos por classe. Em que pese os acordos nacionais e estaduais já mencionados, estabelecendo em cerca de 30 o número máximo de alunos por classe, neste estudo, 45,1% (Tabela 3) dos professores consideraram este número excessivo e a aplicação do modelo de regressão logística simples (Tabela 7) revelou associação entre a prevalência de TMC (variável de desfecho) e número excessivo de alunos por classe ($p = 0,0225$).

Marchiori *et al.* (2005) relatam que 70% dos professores de escolas da Grande Vitória – ES consideraram excessivo o número de alunos por sala, porém o desenho do estudo não inclui investigar as relações entre essa variável e a saúde dos entrevistados.

A intensificação do trabalho docente, sobretudo a partir dos anos 1990, constitui fenômeno de elevada complexidade, no qual há numerosos aspectos envolvidos, dentre os quais, o tamanho das classes. Classes numerosas implicam aumento de exigências no uso da voz, maior dificuldade para manter nível de ruído na sala compatível com as

características da atividade em desenvolvimento, maior probabilidade de ocorrência de problemas não diretamente relacionados ao processo ensino-aprendizagem (por exemplo, alunos adoecidos que requerem encaminhamento médico).

TABELA 7 – TRANSTORNOS MENTAIS COMUNS EM PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE AVARÉ – SP, DE ACORDO COM ALGUMAS OPINIÕES SOBRE O TRABALHO. 2015.

VARIÁVEL DE EXPOSIÇÃO		TMC		VALOR de <i>p</i>
		SIM	NÃO	
DISPOR DOS MATERIAIS NECESSÁRIOS	Sim	20 (23,8%)	64 (76,2%)	$p < 0,0001$
	Não	97 (63,9%)	54 (36,1%)	
CONSIDERA O NÚMERO DE ALUNOS POR CLASSE	Excessivo	62 (57,4%)	46 (42,6%)	$p = 0,0225$
	Razoável	47 (45,6%)	56 (54,4%)	
	Adequado	7 (28,0%)	18 (72,0%)	
TRABALHO: PERÍODO MAIS IMPORTANTE	Sim	61 (49,2%)	63 (50,8%)	$p = 0,8956$
	Não	42 (48,3%)	45 (51,7%)	
POSSIBILIDADE DE CONTINUAR NO EMPREGO	Sim	4 (11,1%)	32 (88,9%)	$p < 0,0001$
	Não	91 (65,9%)	47 (34,1%)	
	Não sabe	22 (34,4%)	42 (65,6%)	
SATISFAÇÃO NO TRABALHO	Satisfeito	38 (31,7%)	82 (68,3%)	$p < 0,0001$
	Insatisfeito	80 (65,6%)	42 (34,4%)	

Neste estudo, indagou-se se o professor acreditava (ou não) ser possível continuar no emprego sob as condições de trabalho vigentes e apenas 14,8% responderam afirmativamente, como foi apresentado na Tabela 3. Esta variável de exposição, conforme mostra a Tabela 7, associou-se à variável de desfecho, TMC, no modelo de regressão logística simples ($p < 0,0001$).

De acordo com Diaz-Serrano e Vieira (2005), a decisão de permanecer no emprego é influenciada pelo grau de bem estar e de satisfação do profissional com o trabalho.

Estudando as condições de trabalho e ocorrência de TMC em funcionários de duas penitenciárias de Avaré - SP, Alves (2009) observou associação entre acreditar (ou não) ser possível continuar no emprego por muitos anos sob as mesmas condições de trabalho e prevalência de TMC. Resultado semelhante foi obtido por Carraro (2015) entre professores do ensino fundamental de Bauru - SP.

Conforme apresentado anteriormente, satisfação no trabalho é um constructo que tem sido avaliado por meio de diversos instrumentos, sem que ainda exista consenso acerca do melhor deles (FARAGHER *et al.*, 2005).

Neste estudo, conforme descrito em métodos, para avaliar satisfação no trabalho utilizou-se um questionário composto por dezesseis itens, contemplando os aspectos considerados relevantes. Este questionário foi aplicado em três estudos, efetuados no âmbito do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, que investigavam condições de trabalho e prevalência de TMC e em todos, o coeficiente de Cronbach, que avalia a consistência interna das questões foi superior a 70% (BRAGA, 2007; ALVES, 2009; CARRARO, 2015). Nos três estudos observou-se associação entre grau de satisfação no trabalho e prevalência de TMC.

Os resultados revelaram que 50% dos professores das escolas de ensino fundamental de Avaré – SP que compuseram a casuística deste estudo apresentaram insatisfação com o trabalho e a análise por regressão logística simples revelou associação com a prevalência de TMC ($p < 0,0001$), conforme mostra a Tabela 7.

Como mencionado anteriormente, Lapo e Bueno (2003) observaram que a insatisfação com o trabalho contribuiu para solicitação de exoneração, sobretudo, no ensino médio, entre professores efetivos do estado de São Paulo.

A maioria dos estudos sobre condições de trabalho e ocorrência de transtornos mentais comuns entre várias categorias profissionais, inclusive entre professores, utiliza o modelo de Karasek para avaliar estresse no trabalho.

A Tabela 8 apresenta os resultados dos cruzamentos das variáveis de exposição que compõem o Modelo de Karasek (2005) com a variável de desfecho, TMC. Além da variável de exposição situação de trabalho, esta tabela também apresenta os resultados obtidos para cada um dos parâmetros do modelo bidimensional (demandas psicológicas e grau de controle sobre o próprio trabalho), bem como suporte social no trabalho.

Observou-se associação entre todos os parâmetros do modelo de Karasek com a variável de desfecho, transtornos mentais comuns. No caso da situação de trabalho, 72,1% dos enquadrados em situação de alto desgaste (*job strain*) apresentaram TMC.

TABELA 8 - TRANSTORNOS MENTAIS COMUNS EM PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE AVARÉ - SP SEGUNDO SITUAÇÃO DE TRABALHO DEFINIDA DE ACORDO COMO O MODELO DE KARASEK. 2015.

VARIÁVEL DE EXPOSIÇÃO		TMC		VALOR de p
		SIM	NÃO	
SITUAÇÃO DE TRABALHO	Baixo desgaste	-	58 (82,9%)	$p < 0,0001$
	Trabalho passivo	10 (38,5%)	16 (61,5%)	
	Trabalho ativo	39 (58,2%)	28 (41,8%)	
	Alto desgaste (<i>job strain</i>)	57 (72,1%)	22 (27,9%)	
DEMANDAS PSICOLÓGICAS ²	Baixas	22 (22,9%)	74 (77,1%)	$p < 0,0001$
	Elevadas	96 (65,7%)	50 (34,3%)	
GRAU DE CONTROLE ²	Elevado	51 (37,2%)	86 (62,8%)	$p < 0,0001$
	Baixo	67 (63,8%)	38 (36,2%)	
SUPORTE SOCIAL	Elevado	53 (40,4%)	78 (59,6%)	$p = 0,0062$
	Baixo	65 (58,6%)	46 (41,4%)	

A análise isolada revelou associação entre cada um dos parâmetros com a variável de desfecho: 65,7% dos professores enquadrados em demandas psicológicas elevadas e 63,8% dos que consideraram possuir

baixo grau de controle sobre o próprio trabalho apresentaram transtornos mentais comuns ($p < 0,0001$). Em relação ao suporte social no trabalho ($p = 0,0062$), 58,6% dos classificados como dispendo de baixo grau apresentaram TMC.

Para facilitar a visualização, os resultados relativos à situação de trabalho do modelo de Karasek (2005) são também mostrados na Figura 3, na qual podem ser constatadas proporções mais elevadas de transtornos mentais comuns nos dois quadrantes à direita, que correspondem aos professores em situação de demandas psicológicas elevadas, ou seja, situação de trabalho ativo e situação de desgaste elevado.

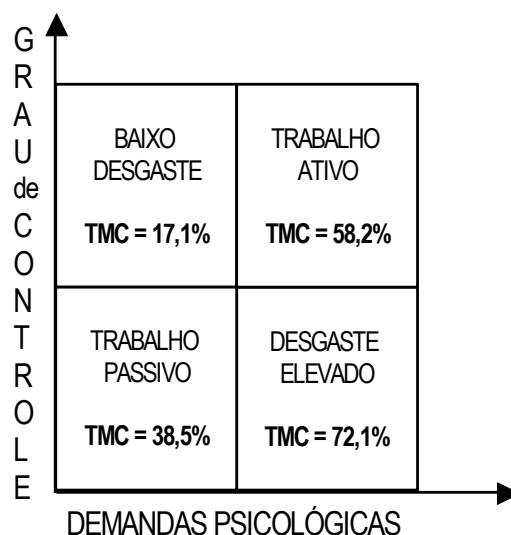


FIGURA 3 – OCORRÊNCIA DE TRANSTORNOS MENTAIS COMUNS ENTRE PROFESSORES DE ENSINO FUNDAMENTAL DE AVARÉ, SP, SEGUNDO SITUAÇÃO DE TRABALHO DE ACORDO COM MODELO DE KARASEK. 2015

Foram submetidas ao ajuste pelo modelo de regressão logística múltipla as variáveis de exposição que, no modelo de regressão logística simples, apresentaram-se associadas à prevalência de TMC ao nível de $p \leq 0,05$, bem como as variáveis para as quais com $p \leq 0,25$, como descrito em métodos. Trata-se das seguintes variáveis de exposição:

- sexo e idade,
- sobrecarga por trabalho doméstico,
- poder dedicar à família o tempo que gostaria,
- retribuição,
- tempo de trabalho na escola,
- levar trabalho para casa,
- número de escolas em que leciona,
- histórico de agressão relacionada ao trabalho,
- disponibilidade de materiais necessários às atividades,
- número de alunos por sala,
- considerar possível continuar trabalhando sem muitas dificuldades mantidas condições de trabalho vigentes,
- satisfação no trabalho,
- demandas psicológicas no trabalho,
- grau de controle sobre o próprio trabalho,
- grau de suporte social no trabalho,
- situação de trabalho segundo modelo de Karasek.

Conforme revela a Tabela 9, dentre estas variáveis de exposição, após aplicação do modelo de regressão logística múltipla, permaneceram associadas à ocorrência de TMC:

- número de escolas em que leciona;
- dispor dos materiais considerados necessários ao desenvolvimento das atividades;
- considerar ser possível continuar no emprego por muitos anos nas condições de trabalho vigentes;
- demandas psicológicas no trabalho.

Como revela a Tabela 9, ao contrário do esperado, a aplicação do modelo de regressão logística múltipla revelou que lecionar em duas escolas funcionou como fator de proteção para ocorrência de TMC comparado com aqueles que lecionavam em uma única escola (OR=0,29 IC 95% 0,12-0,74).

Gomes e Brito (2006), em pesquisa embasada nos fundamentos da

Psicologia do Trabalho e da Ergonomia da Atividade Situada, efetuada em escola localizada em bairro considerado violento da cidade do Rio de Janeiro, observaram descontentamento dos professores que lecionam em duas ou três escolas. Para esses professores, lecionar em mais de uma escola implica aumento da jornada de trabalho, aumento do tempo de deslocamento entre uma escola e outra, além de ter de se adaptar a formas de gestão particulares de cada escola, fatores que contribuem para sobrecarregá-los.

TABELA 9 – VARIÁVEIS DE EXPOSIÇÃO QUE PERMANECERAM NO MODELO DE REGRESSÃO LOGÍSTICA MÚLTIPLA E QUE SE MANTIVERAM ASSOCIADAS À OCORRÊNCIA DE TRANSTORNOS MENTAIS COMUNS (TMC). 2015

VARIÁVEIS DE EXPOSIÇÃO		OR	IC 95%
Nº DE ESCOLAS EM QUE LECIONA	Uma	1,0	-
	Duas	0,29	0,12 – 0,74
	Três ou mais	1,82	0,45 – 7,40
DISPONIBILIDADE DE MATERIAIS NECESSÁRIOS	Sim	1,0	
	Não	4,67	1,67 – 13,06
POSSIBILIDADE DE CONTINUAR NO EMPREGO	Sim	1,0	-
	Não	4,61	1,06 – 20,00
DEMANDAS PSICOLÓGICAS NO TRABALHO (M. DE KARASEK)	Baixas	1,0	-
	Elevadas	6,94	1,83 – 26,33

Entretanto, Gasparini *et al.* (2006), Reis *et al.* (2005) e Porto *et al.* (2005), em estudos com desenhos semelhantes ao deste, não evidenciaram associação entre número de escolas lecionadas e prevalência de TMC.

No caso de Avaré, considerada cidade de pequeno para médio porte (88 mil habitantes) e que não exige grandes deslocamentos de uma escola a outra, trabalhar em duas escolas, poderia oferecer aos docentes oportunidades de ampliar o convívio com colegas e outros profissionais da educação, bem como trabalhar sob chefias e formas de gestão diferenciadas. Todavia, trata-se de aspecto que requer aprofundamento por

meio de abordagens qualitativas.

Além disso, é necessário ter em mente que estudos transversais como este não possibilitam estabelecer relações de causa e efeito entre características do trabalho (variáveis de exposição) e ocorrência de TMC (variável de desfecho).

A Tabela 9 revela também que os professores de ensino fundamental de Avaré - SP que consideraram não dispor dos materiais necessários à execução das atividades docentes apresentaram maior prevalência de TMC em comparação aos que consideraram dispor desses materiais (OR=4,67; IC95% 1,67-13,06).

Estudo qualitativo efetuado por Gomes e Brito (2006) em escolas da cidade do Rio de Janeiro revelaram insuficiência ou precariedade, tanto das instalações físicas e da infraestrutura, como insuficiência de recursos materiais e falta de manutenção dos equipamentos existentes, levando as autoras a afirmar que, entre os desafios impostos ao professores é necessário considerar que:

o sistema escolar público revela quadro de condições precárias de trabalho [...] ausência de equipamentos coletivos essenciais ou falta de manutenção dos existentes; insuficiência de infraestrutura e de recursos materiais [...] falta ou péssimas condições de materiais como: cadeiras, carteiras, livros, materiais didáticos; da falta de água até a falta de papel, giz e apagador” (p. 56).

Para essas autoras, tais condições, além de representar grande desafio aos professores, interferem negativamente em seu desempenho, empobrecendo suas aulas.

Em Belo Horizonte – MG, estudo conduzido por Gasparini *et al.* (2006) revelou que mais de 90% dos professores informaram que os alunos tinham acesso adequado ao uso de TV e vídeo e cerca de 80%, de biblioteca com material atualizado. Entretanto, cerca de 90% referiram não haver computadores em número suficiente à disposição dos alunos e, tampouco, acesso à Internet. As autoras não constataram associação entre dispor de materiais e transtornos psíquicos avaliados por meio do general

health questionnaire (GHQ).

A variável de exposição - acreditar ou não na possibilidade de continuar no emprego por muitos anos, mantidas as condições de trabalho vigentes -, além de constar do instrumento de coleta de informações deste estudo, constou de outros dois estudos realizados no âmbito do Programa de pós-graduação em Saúde Coletiva da Faculdade de Medicina de Botucatu - Unesp.

Assim como ocorreu neste estudo, tanto Alves (2009), entre trabalhadores penitenciários, como Carraro (2015), entre professores do ensino fundamental, observaram associação entre não acreditar naquela possibilidade e prevalência de transtornos mentais comuns. Nos dois estudos, os participantes que consideravam não ser possível permanecer no emprego por muitos anos sob as mesmas condições de trabalho apresentaram prevalência de TMC significativamente mais elevada do que os que acreditavam nessa possibilidade.

Lapo e Bueno (2002) analisando as solicitações de exoneração de professores efetivos da rede pública de ensino do estado de São Paulo, constataram que os principais fatores envolvidos nos pedidos de exoneração eram insatisfação no trabalho, precariedade das condições de trabalho, baixos salários e desprestígio profissional.

Muito utilizado e valorizado para avaliar condições psicossociais de trabalho, o modelo de Karasek (KARASEK e THEORELL, 1990) pressupõe que trabalhos com elevadas exigências psicológicas configuram risco à saúde, dentre os quais doenças cardiovasculares, hipertensão arterial e transtornos mentais. O grau de controle sobre o próprio trabalho, se elevado, teria efeito de proteção à saúde, o mesmo acontecendo em relação à existência de suporte social no trabalho. Segundo esses autores das quatro situações de trabalho definidas pelo cruzamento entre demandas psicológicas e grau de controle, a pior em termos de riscos à saúde é a denominada situação de desgaste elevado ou *job strain*.

Neste estudo, quanto aos aspectos psicossociais do trabalho investigados por meio do modelo de Karasek, apenas as demandas

psicológicas mantiveram-se associadas à prevalência de TMC. Em comparação com os professores que apresentaram baixas demandas psicológicas trabalho, os que apresentaram demandas e levadas apresentaram maior prevalência de transtornos mentais comuns (OR=6,94; IC95% 1,83 – 26,33). Este resultado está de acordo com os estudos que investigam a ocorrência de TMC utilizando os parâmetros do modelo de Karasek como variáveis de exposição.

Quanto ao papel do grau de controle sobre o próprio trabalho, neste estudo a aplicação do modelo de regressão logística múltipla não revelou associação com prevalência de TMC. Resultados semelhantes foram observados por outros autores, para os quais grau de autonomia, ou seja, possuir controle elevado sobre o próprio trabalho não seria suficiente para neutralizar os efeitos negativos gerados por demandas psicológicas elevadas no trabalho, sobretudo entre professores.

Em Vitória da Conquista – BA, Reis et al. (2005) obtiveram resultado semelhante, ou seja, professores apresentando demandas psicológicas elevadas apresentaram maior prevalência de TMC. Quanto ao grau de controle sobre o próprio trabalho e à existência de suporte social no trabalho esses autores observaram associação com ocorrência de TMC, o mesmo ocorrendo em relação à situação de trabalho de alta exigência, bem como de trabalho ativo (tomando como referência situação de trabalho de baixa exigência).

Assim, embora fosse esperado o encontro de associação entre situação de desgaste elevado e prevalência de TMC, isto não se verificou neste estudo após a aplicação do modelo de regressão logística múltipla.

Alguns dos autores, utilizando desenho semelhante ao deste estudo, observaram que algumas variáveis de exposição associaram-se à ocorrência de transtornos mentais comuns entre professores que este estudo não revelou, enquanto outros autores obtiveram resultados semelhantes ao deste estudo.

Em relação à retribuição, os resultados deste estudo são concordantes com os de Delcor (2003), Reis (2005) e Gasparini (2006) e

discordantes dos obtidos por Farias e Araujo (2011) que revelou associação entre rendimento mensal inferior a um salário mínimo e ocorrência de TMC.

Discrepâncias entre os resultados deste estudo e os de outros autores também foram observadas em relação às variáveis de exposição levar trabalho para casa; trabalho doméstico como um peso a mais; poder dedicar-se à família como desejaria; histórico de agressões relacionadas ao trabalho; considerar excessivo o número de alunos por sala e satisfação no trabalho.

O envolvimento de aspectos cognitivos e afetivos característicos do processo de trabalho docente constituem indicações de sua elevada complexidade.

Segundo Assunção e Oliveira (2009) as profundas mudanças na organização do trabalho dos professores ocorridas em função das reformas do ensino, sobretudo a partir da década de 90 do século passado, tem implicado em aumento dessa complexidade, além de sua progressiva intensificação. Para essas autoras, mensurações não dão conta desse universo com condições de trabalho extremamente heterogêneas observadas nas redes de ensino público.

Heterogeneidade das condições de trabalho, das formas de gerenciamento das escolas, de sua clientela, dentre outros, são fatores dificilmente apreendidos em sua totalidade em estudos quantitativos, o que pode explicar as diferenças observadas. Além disso, mesmo que utilizem desenhos semelhantes, os questionários não são idênticos, o que dificulta a comparação.

O tamanho da população – 244 indivíduos - pode ter dificultado evidenciar a existência de associação entre características do trabalho (fatores de exposição) e ocorrência de TMC neste estudo. Trata-se de limite imposto pela realidade do ensino público municipal do nível fundamental de Avaré – SP.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo revelou prevalência elevada – alarmante - de transtornos mentais comuns entre professores do ensino fundamental das escolas da Secretaria Municipal de Educação de Avaré-SP.

Embora estudos transversais não possibilitem estabelecer relações de causa e efeito entre as variáveis de exposição e a variável de desfecho, os resultados obtidos estão de acordo com os obtidos por numerosos autores e são coerentes com os conhecimentos existentes a respeito das relações trabalho-saúde. Isso leva a suspeitar que a elevada prevalência de transtornos mentais comuns entre os professores que compuseram a casuística deste estudo esteja relacionada a condições de trabalho desfavoráveis, parte das quais, reveladas por este estudo.

De acordo com a análise estatística efetuada nem todas as variáveis de exposição que apresentaram associação com a prevalência de transtornos mentais comuns no modelo de regressão logística simples, permaneceram associadas a este desfecho após aplicação do modelo de regressão logística múltipla.

Entretanto, diante dos conhecimentos existentes na literatura científica acerca dos vários fatores que caracterizam as precárias condições de trabalho dos professores, é necessário que a atuação visando melhorar tais condições, sobretudo nas escolas públicas, considerem os múltiplos fatores envolvidos.

Os resultados deste estudo apontam para necessidade de:

- 1º. Intervenção urgente do poder público municipal visando melhorar as condições gerais de trabalho a que estão submetidos os professores do ensino fundamental municipal de Avaré – SP.
- 2º. Estabelecer canal permanente de diálogo com os professores para discutir as mudanças necessárias para atingir o estabelecido no item precedente.
- 3º. Desenvolver estudos qualitativos sobre as condições gerais de trabalho dos professores visando aprofundar os conhecimentos sobre estas de modo a identificar de forma abrangente as mudanças mais indicadas para obtenção dos melhores resultados possíveis em relação ao bem-estar e saúde dos

docentes.

4º. E por último, mas não menos importante, criar mecanismos de convencimento do poder público municipal de que a qualidade do ensino ministrado depende de condições de trabalho dos professores dentre as quais, instalações físicas adequadas, disponibilidade dos materiais necessários ao desenvolvimento adequado das atividades docentes, reconhecimento e valorização do trabalho docente, não apenas do ponto de vista retórico, mas por meio de ações e atitudes concretas que, além da melhoria das condições de trabalho influirão positivamente tanto sobre a qualidade do ensino, como sobre a qualidade de vida dos professores.

Embora na apresentação dos resultados tenha-se omitido o nome das escolas, autora e orientadora possuem elementos que possibilitam sua identificação, ou seja, é possível saber, dentre as 24 escolas, as que requerem intervenção imediata em virtude da prevalência extremamente elevada de TMC que apresentam.

A íntegra deste estudo deverá ser disponibilizado à Secretaria Municipal de Educação e à Prefeitura Municipal de Avaré-SP. Aos diretores de escola e aos professores serão encaminhados resumos contendo as informações mais relevantes do estudo em cumprimento do que lhes foi prometido quando das reuniões iniciais convocando-os a participar como sujeito desta pesquisa.

Dentre os aspectos negativos das condições de trabalho revelados por este estudo, alguns podem ser enfrentados no curto prazo, desde que os atores envolvidos se disponham a discuti-los e propor alternativas que venham a ser acatadas pelo poder público.

Espera-se que este estudo contribua para subsidiar políticas públicas municipais no setor da educação em que sejam beneficiados gestores, alunos e, sobretudo, professores. Profissionais da educação satisfeitos com seu trabalho, dispondo dos materiais que consideram necessários ao desempenho de suas atividades, sentindo-se valorizados pelos alunos, colegas e superiores certamente serão melhores professores, pessoas mais felizes e mais saudáveis.

7. REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado. São Paulo: Ed. Martins Fontes. 1977.
- ALVES, V. **Condições de trabalho de funcionários penitenciários de Avaré-SP e ocorrência de transtornos mentais comuns.** Dissertação (mestrado) – Faculdade de Medicina de Botucatu, Universidade Estadual Paulista, 2009
- ANSELM, L.; BARROS, F. C.; Minten, G. C. et al. Prevalência e determinantes precoces dos transtornos mentais comuns na coorte de nascimentos de 1982, Pelotas, RS. **Rev Saúde Pública** v. 42, supl. 2, p 26-33, 2008.
- ANTUNES, R. Quem é a classe trabalhadora hoje? Entrevista com Ricardo Antunes. Debate Sindical, 24 de fevereiro de 2012. Disponível em http://www.adital.com.br/site/noticia_imp.asp?lang=PT&img=N&cod=64658, Acesso em: 20 out 2015.
- ANTUNES, R. A corrosão do trabalho e a precarização estrutural. *In*: Navarro, V. L.; Lourenço, E. A. S. **O avesso do trabalho III: saúde do trabalhador e questões contemporâneas.** São Paulo: Outras Expressões, 2013. 494 p.
- ANTUNES, R. Produção liofilizada e a precarização estrutural do trabalho. *In*: Santana et al. (org). **O avesso do trabalho II. Trabalho, precarização e saúde do trabalhador.** p 21-40. Expressão Popular, 2010. 464 p.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez Editora, 1995. 155 p.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999. 259p. (8ª reimpressão, 2006)

- ARAÚJO, T. M. et al. Diferenciais de gênero no trabalho docente e repercussões sobre a saúde. **Ciênc. Saúde Colet.**, v. 11, n. 4, p. 1117-1129, 2006.
- ARAÚJO, T. M.; CARVALHO, F. M. Condições de trabalho docente e saúde na Bahia: estudos epidemiológicos. **Educ. Soc.**, v. 30, n. 107, p. 427-449, 2009.
- ARAÚJO, T. M.; GRAÇA, C. C.; ARAÚJO, E. Estresse ocupacional e saúde: contribuições do modelo demanda-controle. **Cienc. Saúde Colet.**, v. 8, n. 4, p. 991-1003, 2003.
- ARAÚJO, T. M.; PINHO, P. S.; ALMEIDA, M. M. G. Prevalência de transtornos mentais comuns em mulheres e sua relação com as características sociodemográficas e o trabalho doméstico. **Rev. Bras. Mater. Infant.**, v. 5, n. 3, p. 337-348, 2005.
- ASSUNÇÃO, A. A.; OLIVEIRA, D. A. Intensificação do trabalho e saúde dos professores, **Educ. Soc.**, v. 30, n. 107, 2009
- BARROSO, J. Os professores e os novos modelos de regulação da escola pública: das mudanças do contexto de trabalho às mudanças da formação. In: BARBOSA, R. L. L. (Org.). **Trajetórias e perspectivas da formação de educadores**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004. p. 49-60.
- BATISTA, A. S. e CODO, W. Crise de identidade e sofrimento. p. 50-65. In: CODO, W. (org.) **Educação: carinho e trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 432p.
- BENEVIDES-PEREIRA, A. M. T. **Burnout**: quando o trabalho ameaça o bem-estar do trabalhador. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. 282p.
- BOCCALON, P. et al. Stress e bournout tra allevi infermieri ed infermieri di um azienda ospedaliera. In: CONGRESSO NAZIONALE S.I. MEDICINA DEL LAVORO E IGIENE IND., 65, Taormina, Itália, 2002, p.1-2.

BORGES, L. O.; YAMAMOTO, O. H. O mundo do trabalho. In: ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. (Org.). **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. São Paulo: Artmed, 2004. p. 24-62.

BRAGA, L. C. Condições de trabalho e saúde dos profissionais da rede básica de saúde de Botucatu – SP.2007. 142p. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Faculdade de Medicina, Universidade Estadual Paulista, Botucatu, São Paulo.

BRASIL. Congresso Nacional. Emenda Constitucional Nº 14, de 12 de setembro de 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc14.htm>. Acesso em 20 jan. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei Nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996 e Decreto nº 2.264, de junho de 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Planejando a Próxima Década**. Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. Ministério da Educação / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/ SASE), 2014. 62p.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei Nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Regulamenta o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

BRASIL. Presidência da República. Lei Nº 11.114 de 16 de maio de 2005.

BRASIL. Presidência da República. Lei Nº 11.274 de 6 de fevereiro de 2006.

BRUCHON-SCHWEITZER, M. Introduction à la psychologie de la santé. p. 13-41 In: BRUCHON-SCHWEITZER, M.; DANTZER, R. **Introduction à la psychologie de la santé**. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.

- CARLOTTO, M. & PALAZZO, L. Síndrome de burnout e fatores associados: um estudo epidemiológico com professores. **Cad. Saúde Pública**, **22**(5): 1017-1026, 2006.
- CARNEIRO, M. A. **LDB fácil**: leitura crítico-compreensiva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- CARRARO, M. M. Condições de trabalho e transtornos mentais comuns em professores de Bauru- SP. 2015. 94p. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Faculdade de Medicina de Botucatu – UNESP.
- CODO, W.; GAZZOTTI, A. A. trabalho e afetividade. p.48-59. In: CODO, W. (org.) **Educação: carinho e trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 432p.
- CODO, W.; VASQUES-MENEZES, I. O que é *burnout*? p. 237-254. In: CODO, W. (org.) **Educação: carinho e trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 432p.
- COSTA, A. G.; LUDERMIR A. B. Transtornos mentais comuns e apoio social: estudo em comunidade rural da Zona da Mata de Pernambuco, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, v. 21, n. 1, p. 73-79, 2005.
- COSTA, J. S. D. et al. Prevalência de distúrbios psiquiátricos menores na cidade de Pelotas, RS. *Rev. Bras. Epidemiol.*, v. 5, n. 2, p. 164-173, 2002.
- DELCOR et al. Condições de trabalho e saúde dos professores da rede particular de ensino de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, **20**(1): 187-196, 2004.
- DELCOR, N. S. As condições de trabalho e saúde dos professores da rede particular de ensino em Vitória da Conquista-BA. 2003. 122p. Dissertação (Mestrado em Epidemiologia Clínica) – Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia, Bahia.
- DIAZ-SERRANO, L.; VIEIRA, J. A. C. Low pay, higher pay and job satisfaction within the European Union: empirical evidence from fourteen

- countries. Ireland: National University of Ireland, (Economics Department Working Paper Series). 2005. p.1-25.
- EUROPEAN FOUNDATION FOR THE IMPROVEMENT OF LIVING AND WORKING CONDITIONS. Measuring job satisfaction in surveys: comparative analytical report. 2006. 30p.
- FARAGHER, E. B.; CASS, M.; COOPER, C. L. The relationship between job satisfaction and health: a meta-analysis. **Occup Environ Med**, 62:p. 105-112, 2005.
- FARIA, G. S. S. Organização do trabalho do professor: Jornada, contrato e conflitos trabalho-família. São Carlos : UFSCar, 2010. 173 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de São Carlos, S.P.
- FARIAS, T. M.; ARAUJO, T. M. Transtornos mentais comuns entre trabalhadores da zona urbana de Feira de Santana-BA. *Rev. bras. Saúde ocup.*, v. 36 n. 123: 25-39, 2011.
- FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. S. (orgs). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2011. 320 p.
- FONSECA, M. O Banco Mundial como referência para a justiça social no terceiro mundo: evidências do caso brasileiro. *Rev. Fac. Educ.* v. 24, n. 1, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-25551998000100004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 20 jan 2014.
- FRANCO, T.; DRUCK. G.; SELIGMANN-SILVA, E. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Rev. Bras. Saúde Ocup.**, v. 122, n. 35, p. 229-248, 2010.

- GASPARINI, S. M.; BARRETO, S. M.; ASSUNÇÃO, A. A. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 189-199. 2005.
- GASPARINI, S. M.; BARRETO, S. M.; ASSUNÇÃO, A. A.. Prevalência de transtornos mentais comuns em professores da rede municipal de Belo horizonte, Minas Gerais, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, 22(12): 2679-2691, 2006.
- GATTI, B.; BARRETTO, E. S. S. **Professores no Brasil: impasses e desafios**. Unesco, 2009. Disponível em <http://www.unesco.org/new/fileadmin_2009.pdf> Consultado em 10 jul 2015.
- GOMES, L.; BRITO, J. Desafios e possibilidades ao trabalho docente e à sua relação com a saúde. **Estudos e pesquisas em psicologia**, UERJ, RJ, v 6, n.1, p. 49-62, 2006.
- HARDING, T. W. et al. Mental disorders in primary health care: a study of their frequency and diagnosis in four developing countries. *Psychol. Med.*, v. 10, p. 231-241, 1980.
- HOUTMAN, I. L. D; KOMPIER, M. A. J. Trabajo e salud mental. **Enciclopedia de salud y seguridad en el trabajo**. Ginebra, p. 52-55, 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, **IBGE** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/@@search?Subject%3Alist=Taxa%20de%20desemprego>> Acesso em: 10 set 2015.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. Carta de Conjuntura, março 2014. p. 31-41. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/conjuntura/cc22_mercadodetrabalho.pdf>. Acesso em: 15 set. 2015.

- JACQUES, M. G.; CODO, W. Uma urgência, uma busca, uma ética. p. 17-28 *In*: JACQUES, M. G.; CODO, W. (Orgs.) **Saúde mental e trabalho: leituras**. Petrópolis: Vozes, 2002. 420p.
- JOHNSON, J.; HALL, E. M. Job strain, work place social support, and cardiovascular disease: a cross-sectional study of Random sample of Swedish working population. **Am. J. Public Health**, v. 78, n. 10, p. 1336-1342, 1988.
- KARASEK, R. A. Job demand, job decision latitude, and mental strain: implications for job redesign. **Adm. Sci. Quart.**,v. 24, n. 2, p. 285-308. 1979.
- KARASEK, R. **Demand/control model**: a social, emotional, and physiological approach to stress risk and active behaviour development. Geneva: International Labour Organization, 2005. 1 CD-Rom.
- KARASEK, R.; BRISSON, C.; KAWAKAMI,N; BONGERS,P.; AMICK,B. The job content questionnaire (JCQ): An instrumental for internationally comparative assessments of psychosocial job characteristics. **Occup. Health Psychol.**, v.3, n.4, p.322-355, 1998.
- KARASEK, R.; THEORELL T. **Healthy work**: stress, productivity, and the reconstruction of working life. New York: Basic Books Inc. Publishers, 1990. 381 p.
- KUENZER, A. Z.; CALDAS, A. Trabalho docente: comprometimento e desistência (p19 a 48) *In*: FIDALGO, F.; OLIVEIRA, M. A. M.; FIDALGO, N. L. R. (org.) **A intensificação do trabalho docente. Tecnologias e produtividade**. Campinas: Papirus, 2009. 239p.
- KURZ, R. **O colapso da modernização**. São Paulo: Paz e Terra. 1999. 232p.
- LAPO, F.R.; BUENO, B. O abandono do magistério: vínculos e rupturas com o trabalho docente. **Psicologia USP**, v. 13, n.2, p. 243-276, 2002.

- LAPO, F.R.; BUENO, B. O. Professores, desencanto com a profissão e abandono do magistério. **Cad. Pesqui.** s/v., n.118, p.65-88, 2003.
- LIMA, M. C. P. **Transtornos mentais comuns e o uso de álcool na população urbana de Botucatu-SP**: um estudo de co-morbidade e utilização de serviços. 2004. 146f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- LIMA, M. S.; SOARES, B. G. O.; MARI, J. J. Saúde e doença mental em Pelotas, RS: dados de um estudo populacional. **Rev. Psiquiatr. Clin. (São Paulo)**, v. 26, n. 5, p. 225-235, 1999. Disponível em: [http://www.hcnet.usp.br/ipq/revista/vol26/n5/artigo\(225\).htm](http://www.hcnet.usp.br/ipq/revista/vol26/n5/artigo(225).htm). Acesso em: 18 ago. 2015.
- LOPES, C. S.; FAERSTEIN, E.; CHOR, D. Eventos de vida produtores de estresse e transtornos mentais comuns: resultados do Estudo Pró-Saúde. **Cad. Saúde Pública**, v. 19, n. 6, p. 1713-1720, 2003.
- LUDERMIR, A. B. Inserção produtiva, gênero e saúde mental. **Cad. Saúde Pública**, v. 16, n. 3, p. 647-659, 2000.
- LUDERMIR, A. B.; MELO-FILHO, D. A. Condições de vida e estrutura ocupacional associadas a transtornos mentais comuns. **Rev. Saúde Pública**, v. 36, n. 2, p. 213-221, 2002.
- LÜDKE, M.; BOING, L.A. Caminhos da profissão e da profissionalidade docentes. **Educ. Soc.**, v. 25, n. 89, p. 1159-1180, 2004.
- LÜDKE, M.; BOING, L.A. O trabalho docente nas páginas de Educação & Sociedade em seus (quase) 100 números. **Educ. Soc.**, v. 28, n. 100, p. 1179-1201, 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.
- MARCHIORI, F.; BARROS M. E. B.; OLIVEIRA, S. P. Atividade de trabalho e saúde dos professores: o programa de formação como estratégia de intervenção nas escolas. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 3 n. 1, p. 143-170, 2005

- MARI, J.J.; WILLIAMS, P. A validity study of a Psychiatric Secreening Questionnaire (SRQ-20) in Primary care in the city of São Paulo. **Br. J. Psychiatry**, 148, p. 23-26, 1986.
- MARÍN-LEÓN, L; Oliveira,H. B.; Barros M. B. A; Dalgarrondo, P.; Botega, N. J. Desigualdade social e transtornos mentais comuns. **Rev Bras Psiquiatr.** v.29, n. 3, p 250-253, 2007
- MARTINEZ, M. C. **As relações entre a satisfação com aspectos psicossociais no trabalho e a saúde do trabalhador.** 2002. 243 p. Dissertação (Mestrado em Saúde Ambiental) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MARTINEZ, M. C.; PARAGUAY, A. I. B. B.; LATORRE, M. R. D. O. Relação entre satisfação com os aspectos psicossociais e saúde dos trabalhadores. **Rev. Saúde Pública**, v. 38, n.1, p.55-61, 2004.
- MARTINEZ, M. C.; PARAGUAY, A. I. B.B. Satisfação e saúde no trabalho: aspectos conceituais e metodológicos. **Cad Psico Soc Trabalho**, v.6, p.59-78, 2003.
- MASLACH, C. “*Burnout*”. In: STELLMAN, J. M. (Ed.). **Encyclopaedia of occupational health and safety**. 4. ed. Geneva: International Labour Organization, 2005. 1 CD-Rom.
- MASLACH, C.; JACKSON, S. E. The measurement of experienced burnout. **Occup. Behav.**, v. 2, p.99-113, 1998.
- MASLACH, C.; LEITER, M. P. **Trabalho: fonte de prazer ou desgaste?** Guia para vencer o estresse na empresa. Campinas: Papirus, 1999. 239 p.
- MELLO ALVES, M. G.; HÖKERBERG, Y. H. M.; FAERSTEIN, E. Tendências e diversidade na utilização empírica do Modelo Demanda-Control de Karasek (estresse no trabalho): uma revisão sistemática. **Rev. Bras. Epidemiol.**, v.16, n.1, p. 125-136, 2013.

- MELLO-ALVES, M.G. et al. Versão resumida da “job stress scale”: adaptação para o português. **Rev. Saúde Pública**, **38** (2): 164-171, 2004.
- MENDES-STUMM, L. C. **Estudo sobre as alterações vocais em professores da rede estadual de ensino da cidade de Bauru, SP**. 2012. 161 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Medicina de Botucatu, Universidade Estadual Paulista, Botucatu, 2012.
- NEVES, M. Y. R.; SELIGMANN-SILVA, E. A dor e a delícia de ser (estar) professora: trabalho docente e saúde mental. 2006. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/v6n1/artigos/v6n1a06.htm>> Acesso em: 12 nov. 2014
- NORONHA, M. M. B.; ASSUNÇÃO, A. A.; OLIVEIRA, D. A. O sofrimento no trabalho docente: o caso das professoras da rede pública de Montes Claros – MG. *Trab. educ. saúde*, v. 6, n. 1, 2008. Versão *on line*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462008000100005&script=sci_arttext>. Acesso em 12 dez. 2015.
- OLIVEIRA, D. A. a reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educ. Soc.**, v.25, n.89, p.1127-1144,2004.
- OLIVEIRA, D. A. **Educação básica: gestão do trabalho e da pobreza**. Petrópolis, RJ: Vozes; 2000. 360 p.
- OLIVEIRA, L. F. **Prevalência de transtornos mentais comuns e fatores associados em professores**. 2013. 98p. Dissertação (Mestrado em Saúde, Ambiente e Trabalho) – Faculdade de Medicina da Bahia, Universidade Federal da Bahia, Bahia).
- OLIVEIRA, R. D.; OLIVEIRA, M. D. A reinvenção da educação. p.123-127. *In*: FREIRE, P. et al. **Vivendo e aprendendo. Experiências do idac em educação popular**. São Paulo: Livraria brasiliense editora s.a. 1980. 127p.

- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. **Relatório mundial da saúde**. Saúde mental: nova concepção, nova esperança. Lisboa, 2002.
- PAPARELLI, R. Saúde Mental Relacionada ao Trabalho: o caso de educadores da rede pública de ensino paulistana (p.317-342). *In*: LOURENÇO et al (org). **O avesso do Trabalho II**. Expressão Popular/Fapesp 2010. 464 p.
- PINHO, P. S.; ARAUJO, T. M. Associação entre sobrecarga doméstica e transtornos mentais comuns em mulheres **Rev. Bras. Epidemiol.** v. 15, n. 3, p 560-72, 2012.
- POCHMANN, M. A qualificação profissional está a serviço do emprego? **Debate Sind.**, n. 31, p. 12, 1999.
- POCHMANN, M. **O emprego na globalização. A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001. 151p.
- PORTO, L. A; CARVALHO, F. M.; OLIVEIRA, N. F.; SILVANY-NETO, A. M.; ARAUJO, T. M.; REIS, E. J. F. B.; DELCOR, N. S. Associação entre distúrbios psíquicos e aspectos psicossociais do trabalho de professores. **Rev. Saúde Pública**, v.40, n.6, p.818-26, 2006.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE AVARÉ – SP. Lei Nº 403 de 27 de dezembro de 2002. Disponível em www.prefeituraavare.sp.gov.br/portal/downloads/.../53_edicao_721.pdf Acesso em: 06 nov 2015
- REIS et al. Trabalho e distúrbios psíquicos em professores da rede municipal de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, 21(5): 1480-1490, 2005.
- ROCHA, S. V. et al. Prevalência de transtornos mentais comuns entre residentes em áreas urbanas de Feira de Santana, Bahia. **Rev. Bras. Epidemiol.**, v. 13, n. 4, p. 630-640, 2010.

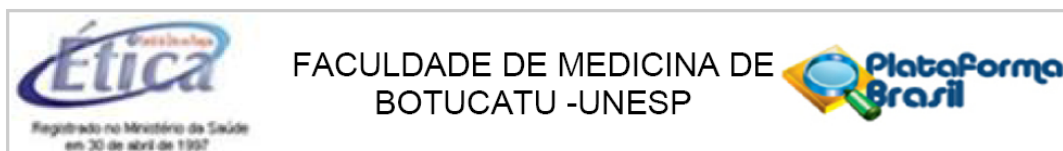
- SANTOS, E. G.; SIQUEIRA, M. M. Prevalência dos transtornos mentais na população adulta brasileira: uma revisão sistemática de 1997 a 2009. **J. Bras. Psiquiatr.**, v. 59, n. 3, p. 238-246, 2010.
- SANTOS, F. S. Ascensão e Queda do Desemprego no Brasil: 1998-2012. Disponível em <http://www.anpec.org.br/encontro/2013/files/I/i13-a25aa641e3de121884a9966e761431c0.pdf>, acesso em 10 09 2015.
- SANTOS, L. L. C. P. Formação dos professores na cultura do desempenho. **Educ. Soc.**, v. 25, n. 89, p. 1145-1157, 2004. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> > Acesso em: 27 jul 2015
- SAVIANI, D. **Da nova LDB ao FUNDEB**: por uma outra política educacional. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. 334 p.
- SELIGMANN, E. Psicopatologia e saúde mental no trabalho. In: MENDES, R. **Patologia do trabalho: atualizada e ampliada**. São Paulo: Atheneu, 2003. p.1141-1182.
- SELIGMANN-SILVA, E. Psicopatologia no trabalho: aspectos contemporâneos. In: FERREIRA, J. J. (Coord.). **Saúde mental no trabalho**: coletânea do Fórum de Saúde e Segurança no Trabalho do Estado de Goiás. Goiânia, 2013. p. 209-237.
- SILVANY-NETO, A. M. et al. Condições de trabalho de professores da rede particular de ensino de Salvador, Bahia. **Rev. Bahiana de Saúde Pública**, v. 24, n.1/2, p.42-56, 2000.
- SOUZA, C. L. **Distúrbio vocal em professores da educação básica da cidade de Salvador-BA**. 2008. 91 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.
- TARDIF, M.; LESSARD, C. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. 317

- THEORELL, T. et al. Changes in job strain in relation to changes in physiological state. **Scand. J. Work Environ. Health**, v. 14, n. 3, p. 189-196, 1988.
- TOLOSA, D. E. R. **Estudo da organização do trabalho, sentimentos, valorização e expectativa profissional de professores de 1º e 2º graus da cidade de Jundiaí-SP**. 2000. 136 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp, Campinas, 2000.
- UNICEF BRASIL **Declaração Mundial sobre Educação para Todos** (Conferência de Jomtien, Tailândia, 1990). Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm. Acesso em: 20 ago 2014
- VEDOVATO, T. G.; MONTEIRO, M. I. Perfil sociodemográfico e condições de saúde e trabalho dos professores de nove escolas estaduais paulistas. **Rev. Esc. Enferm. USP**, v. 42, n. 2, p. 290-297, 2008.
- ZIBETTI, M. L. T.; PEREIRA, S. R. Mulheres e professoras: repercussões da dupla jornada nas condições de vida e no trabalho docente. **Educar em Revista** n. especial 2, p. 259-276, 2010.

ANEXOS

ANEXO 1

APROVAÇÃO PELO COMITE DE ÉTICA EM PESQUISA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Condições de trabalho de professores da secretaria municipal de educação de Avaré-SP e ocorrência de transtornos mentais comuns e de burnout.

Pesquisador: Patrícia Estela Monteiro Pereira

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 22501914.5.0000.5411

Instituição Proponente: Unidade de Pesquisa em Saúde Coletiva

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 654.870

Data da Relatoria: 20/05/2014

Apresentação do Projeto:

Título: CONDIÇÕES DE TRABALHO DE PROFESSORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE AVARÉ-SP. E OCORRÊNCIA DE TRANSTORNOS MENTAIS COMUNS E DE BURNOUT

Area temática: 4 Ciências da Saúde

Pesquisador responsável: Patrícia Estela Monteiro Pereira

Orientadora: Profª Adjunta Maria Cecília Pereira Binder

Instituição: Departamento de Saúde Pública (Pós-graduação em Saúde Coletiva)

Objetivo da Pesquisa:

Estudar as condições gerais de trabalho dos professores do ensino fundamental e do ensino médio públicos de Avaré-SP e ocorrência de transtornos mentais comuns e de síndrome do esgotamento profissional ou burnout.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: mínimos - preenchimento de questionários auto-aplicáveis sem identificação do participante;

Benefícios: acompanhamento psicológico dos participantes que manifestarem algum tipo de transtorno mental; melhoria das condições de trabalho

Endereço: Chácara Butignolli, s/n

Bairro: Rubião Junior

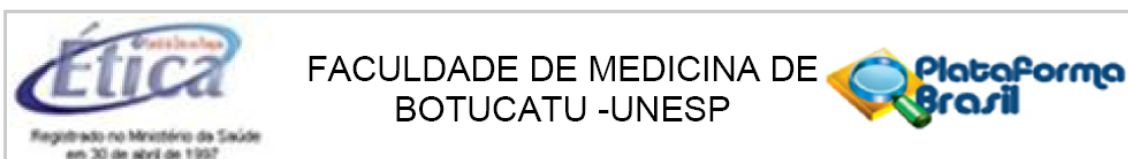
CEP: 18.618-970

UF: SP

Município: BOTUCATU

Telefone: (14)3880-1608

E-mail: capellup@fmb.unesp.br



Continuação do Parecer: 654.870

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O total de 300 professores da rede pública municipal de ensino fundamental e de ensino médio de Avaré – SP que concordarem em participar da pesquisa preencherão questionário auto-aplicado e não identificado, com cem itens distribuídos em seis seções, de A a E:

Seção A: dados sócio-demográficos;

Seção B: informações sobre o trabalho (tempo de trabalho, vínculo empregatício, horários de trabalho, férias).

Seção C: questões que indagam sobre satisfação / insatisfação com o trabalho, histórico de agressões no trabalho (verbais e, ou físicas).

Seção D: Job Content Questionnaire (JCQ), que investiga demandas psicológicas, grau de controle sobre o próprio trabalho, e existência de suporte social no trabalho;

Seção E: Self reporting questionnaire (SRQ-20). Questionário desenvolvido pela OMS para investigação de transtornos mentais comuns.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os documentos obrigatórios para o desenvolvimento da pesquisa estão corretamente preenchidos, e a redação do TCLE, teve as modificações conforme recomendações relacionadas no parecer anterior.

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não existem pendências em relação aos aspectos éticos desta pesquisa

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Projeto de Pesquisa APROVADO em reunião do CEP de 20 de maio de 2014, sem necessidade de envio à CONEP.

Endereço: Chácara Butignolli, s/n

Bairro: Rubião Junior

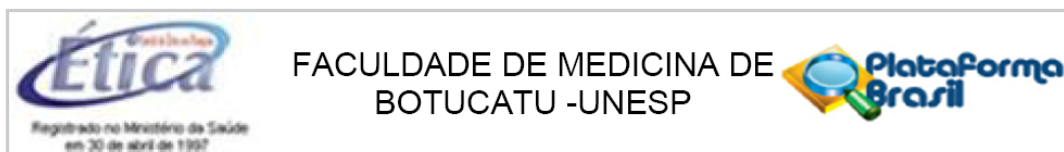
CEP: 18.618-970

UF: SP

Município: BOTUCATU

Telefone: (14)3880-1608

E-mail: capellup@fmb.unesp.br

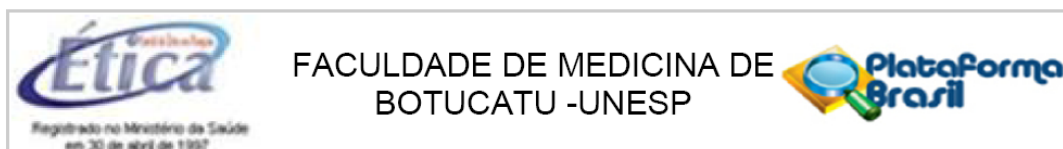


Continuação do Parecer: 654.870

BOTUCATU, 21 de Maio de 2014

Assinado por:
Eliana Aguiar Petri Nahas
(Coordenador)

Endereço: Chácara Butignolli , s/n
Bairro: Rubião Junior **CEP:** 18.618-970
UF: SP **Município:** BOTUCATU
Telefone: (14)3880-1608 **E-mail:** capellup@fmb.unesp.br

**COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: Condições de trabalho de professores da secretaria municipal de educação de Avaré-SP e ocorrência de transtornos mentais comuns e de burnout.

Pesquisador: Patrícia Estela Monteiro Pereira

Versão: 2

CAAE: 22501914.5.0000.5411

Instituição Proponente: Unidade de Pesquisa em Saúde Coletiva

DADOS DO COMPROVANTE

Número do Comprovante: 023192/2014

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Endereço: Chácara Butignolli, s/n

Bairro: Rubião Junior

UF: SP

Município: BOTUCATU

Telefone: (14)3880-1608

CEP: 18.618-970

E-mail: capellup@fmb.unesp.br

ANEXO 2



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE AVARÉ
Estado de São Paulo
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Declaração

DECLARO que tenho CIÊNCIA E AUTORIZO, o desenvolvimento da Pesquisa CONDIÇÕES DE TRABALHO DE PROFESSORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE AVARÉ-SP. E OCORRÊNCIA DE TRANSTORNOS MENTAIS COMUNS E DE BURNOUT, a ser conduzida pelo Sr(a) Patrícia Estela Monteiro Pereira, orientada pela Profª Adjunta Maria Cecília Pereira Binder, junto a esta Entidade, após aprovação do CEP.

Declaro que conheço, cumprirei e farei cumprir os Requisitos da Resolução 466/12 e suas complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste Projeto, autorizo sua execução.

Por ser verdade, firmo a presente.

Avaré, 20 de maio de 2014

Nome, carimbo e assinatura do
Responsável pela Unidade

LÚCIA HELENA LÉLIS DIAS
RG: 17.792.175-4
Secretária Municipal da Educação



ANEXO 3

CARTA DE ESCLARECIMENTO

Apresentamos a proposta do presente estudo, por meio dessa carta, para conhecimento e possibilidade de consideração e participação no mesmo.

O estudo dirige-se aos professores de ensino fundamental, servidores da Secretaria Municipal de Educação visto que, muitas vezes, a prática educativa requer esforços para atender solicitações de várias naturezas (de alunos, pais de alunos, gestores etc.).

Considerando esses aspectos, o estudo procurará averiguar como esta categoria profissional vem percebendo suas condições de trabalho e se estas tem afetado de alguma forma sua saúde mental ou causado algum tipo de sofrimento psíquico.

Para tanto, será aplicado um questionário estruturado, com perguntas fechadas, as quais abordam conteúdos referentes ao trabalho e seus aspectos emocionais.

As respostas do questionário serão assinaladas de acordo com a avaliação subjetiva de cada um, no momento de preenchimento. Propõe-se que o questionário seja respondido individualmente, sem que haja interação e/ou comunicação com outras pessoas durante a realização do mesmo.

Cabe destacar, que na resposta do questionário será omitida a identificação do participante, garantindo o seu anonimato.

Diante dos dados obtidos, posteriormente será possível verificar a existência ou não de fatores do trabalho que se relacionam negativamente e/ou positivamente com sofrimento mental.

Espera-se que os resultados do estudo possam contribuir para a melhoria das condições de trabalho dos professores do ensino fundamental dos estabelecimentos públicos municipais de Avaré SP, uma vez que, mantido total anonimato quanto às escolas e aos participantes os resultados serão disponibilizados aos sujeitos (professores, gestores e autoridades municipais) envolvidos.

Desse modo, consideramos a sua participação muito importante e agradecemos a sua colaboração, sem a qual este estudo não terá condições de ser realizado.

Patrícia Estela Monteiro Pereira (pesquisadora)
Curso de Pós-Graduação em Saúde Coletiva
Faculdade de Medicina de Botucatu – Unesp.

ANEXO 4**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**
(TERMINOLOGIA OBRIGATÓRIA EM ATENDIMENTO A RESOLUÇÃO 466/12-CNS-MS)

O sr(a) está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa chamada “CONDIÇÕES DE TRABALHO DE PROFESSORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE AVARÉ-SP. E OCORRÊNCIA DE TRANSTORNOS MENTAIS COMUNS”, que pretende conhecer melhor as condições de trabalho e saúde mental dos professores das escolas municipais de Avaré.

A pesquisa consta de algumas perguntas sobre dados sócio-demográficos, informações sobre o trabalho, grau de satisfação com o trabalho, demandas psicológicas visando rastrear suspeitos de transtornos mentais, grau de controle sobre o próprio trabalho e existência de suporte social no trabalho. A coleta de informações será efetuada por meio de um questionário autoaplicável e não identificado. O questionário será individual e com duração estimada de 20 minutos.

O conhecimento dessas características permite verificar a necessidade de proposição de medidas com vistas à melhoria das condições de trabalho e saúde mental do professor.

Caso o sr(a) não queira participar da pesquisa, é seu direito e isso não vai interferir com o seu trabalho. O sr(a) poderá também retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa sem nenhum prejuízo.

É garantido total sigilo do seu nome, bem como sobre o caráter sigiloso das informações. Apenas os resultados consolidados serão divulgados. Suas respostas serão, portanto, confidenciais e sua participação será completamente voluntária em relação aos dados relatados nesta pesquisa. O sr(a) receberá uma via deste termo, e outra via será mantida em arquivo pelo pesquisador por cinco anos.

Qualquer dúvida adicional, o sr(a) poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da FMB-Unesp, através dos telefones: (14) 3880-1608 / 1609.

CONCORDO EM PARTICIPAR DA PESQUISA

Nome: _____

Assinatura: _____

Data: ____/____/____ Assinatura da pesquisadora: _____

Orientadora: Maria Cecília Pereira Binder. Cidade: Botucatu. Fone: (14) 997490474. E-mail: bindermc@fmb.unesp.br

Pesquisadora: Patrícia Estela Monteiro Pereira. Rua: José Amicci, 30 Avaré. Fone: (14) 996915928. E-mail: kikaacademia@ig.com.br

ANEXO 5

QUESTIONÁRIO

CONDIÇÕES DE TRABALHO E TRANSTORNOS MENTAIS COMUNS EM PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL DE AVARÉ-SP

SEÇÃO A – DADOS PESSOAIS

1. Vínculo de trabalho	____ Estatutário	____ CLT	Outro: _____
2. No último mês deu aulas: a) o mês inteiro? ____ SIM ____ NÃO; b) apenas algumas aulas? ____ SIM ____ NÃO			
3. Se NÃO: A) estava afastado? ____ SIM ____ NÃO. B) Exercia outra função? ____ SIM ____ NÃO			
4. Sexo	____ Masculino	____ Feminino	5. Idade em anos completos _____
6. Situação conjugal	____ a) Solteiro/a ____ b) Casado/a ____ c) Companheiro/a		____ d) Separado/a ____ e) Divorciado/a ____ f) Viuvo/a
7. Tem filhos dependentes?	____ SIM ____ NÃO	8. Tem outros dependentes? ____ SIM ____ NÃO	
9. Algum dos dependentes tem doença/problema que exige cuidados especiais? ____ SIM ____ NÃO			
10 Qual seu nível de instrução? (assinalar o mais elevado)	____ a) superior ____ c) mestrado ____ b) doutorado ____ d) Outro (qual) _____		

SEÇÃO B – DADOS REFERENTES AO TRABALHO

11. Você é professor no ensino: ____ a) fundamental 1; ____ b) fundamental 2; ____ c) ensino médio	
12. De quantas horas é sua jornada semanal de trabalho em sala de aula? : _____ horas por semana	
13. Quantas horas semanais são destinadas a outras tarefas na ou da escola? : _____ horas	
14. Você leva trabalho para casa? ____ a) nunca ou quase nunca; ____ b) às vezes; ____ c) frequentemente; ____ d) todo dia ou quase todo dia	
15. Há quanto tempo trabalha como professor? _____ (em anos e, ou meses) e nesta escola? _____	
16. Considera que dispõe de todos os materiais necessários ao bom desempenho como professor? ____ SIM ____ NÃO ____ NÃO SEI	
17. Em quantas escolas dá aulas? _____	18. Em que períodos?: ____ a) manhã; ____ b) tarde; ____ c) noite
19. Considera o nº de alunos por classe: ____ a) excessivo; ____ b) razoável; ____ c) bastante adequado	
20. Acha o trabalho o período mais importante do seu dia?	____ SIM ____ NÃO ____ NÃO SEI
21. Mantidas as condições atuais, acha que poderá continuar trabalhando sem muitas dificuldades por muitos anos?	____ SIM ____ NÃO ____ NÃO SEI

SEÇÃO C – POR FAVOR, MARQUE COM X O GRAU DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO AOS ASPECTOS DE SEU TRABALHO:

	Grande	Regular	Pequeno	Quase nenhum
22. Retribuição (salário, vale refeição, vale transporte etc.)	☐ a	☐ b	☐ c	☐ d
23. Ambiente físico (prédio, espaço, móveis, ruído etc)	☐ a	☐ b	☐ c	☐ d
24. Relações interpessoais	☐ a	☐ b	☐ c	☐ d
25. Possibilidade de fazer carreira	☐ a	☐ b	☐ c	☐ d

26. Melhorar a capacidade profissional	☐ a	☐ b	☐ c	☐ d
27 Autonomia para tomar decisões	☐ a	☐ b	☐ c	☐ d
28. Interesse e variedade das atividades	☐ a	☐ b	☐ c	☐ d
29. Horário de trabalho	☐ a	☐ b	☐ c	☐ d

A SEGUIR MARQUE COM X SUA OPINIÃO SOBRE ALGUNS ASPECTOS DE SEU TRABALHO:

	Muito	Moderada-mente	Pouco	Quase nada
30. Considera seu trabalho fisicamente cansativo?	☐ a	☐ b	☐ c	☐ d
31. Considera seu trabalho mentalmente/emocionalmente pesado?	☐ a	☐ b	☐ c	☐ d
32. Considera seu trabalho útil para a sociedade?	☐ a	☐ b	☐ c	☐ d
33. Considera seu trabalho interessante?	☐ a	☐ b	☐ c	☐ d
34. Considera seu trabalho adequado à sua capacidade e potencialidade?	☐ a	☐ b	☐ c	☐ d
35. No seu ambiente de trabalho, suas qualidades profissionais são utilizadas e, ou valorizadas?	☐ a	☐ b	☐ c	☐ d
36. Você considera que sua vida pessoal é condicionada ou afetada negativamente por seu trabalho?	☐ a	☐ b	☐ c	☐ d
37. Você acha o grau de colaboração com seus colegas: a) ___ Muito bom; ___ b) Bom; ___ c) Ruim; ___ d) Muito ruim				

38. As tarefas domésticas são um peso a mais que se soma ao seu trabalho?	☐ a	☐ b	☐ c	☐ d
39. O trabalho lhe permite dedicar-se à família o tempo que você gostaria?	☐ a	☐ b	☐ c	☐ d

40 Já sofreu algum tipo de agressão de aluno, pais, colegas no trabalho?	SIM _____ NÃO _____
SE SIM, por favor, descreva, dizendo se foi aluno e, ou pai / mãe e, ou colega	

SEÇÃO D – A SEGUIR FAÇA UM X NO QUADRADINHO CORRESPONDENTE A SUA OPINIÃO SOBRE FREQUÊNCIA COM QUE ALGUMAS COISAS ACONTECEM NO SEU TRABALHO (Karasek).

	Freqüen-temente	Às vezes	Raramente	Nunca / quase nunca
41. Você tem de fazer suas tarefas com muita rapidez?	☐ a	☐ b	☐ c	☐ d
42. Com que frequência tem que trabalhar intensamente (produzir muito em pouco tempo)?	☐ a	☐ b	☐ c	☐ d
43. Seu trabalho exige demais de você?	☐ a	☐ b	☐ c	☐ d
44. Você tem tempo suficiente para cumprir todas as tarefas do seu trabalho?	☐ a	☐ b	☐ c	☐ d

45. O seu trabalho costuma apresentar exigências contraditórias ou discordantes?	☐ a	☐ b	☐ c	☐ d
46. Você tem possibilidades de aprender coisas novas no seu trabalho?	☐ a	☐ b	☐ c	☐ d
47. Seu trabalho exige muita habilidade ou conhecimentos especializados?	☐ a	☐ b	☐ c	☐ d
48. Seu trabalho exige que você tome iniciativas?	☐ a	☐ b	☐ c	☐ d
49. No seu trabalho você tem que repetir muitas vezes a mesma tarefa (coisa)?	☐ a	☐ b	☐ c	☐ d
50. Você pode escolher como fazer o seu trabalho?	☐ a	☐ b	☐ c	☐ d
51. Você pode escolher o que fazer no seu trabalho?	☐ a	☐ b	☐ c	☐ d

NAS PERGUNTAS A SEGUIR, POR FAVOR, FAÇA UM X NO QUADRADINHO QUE ESTIVER DE ACORDO COM SUA OPINIÃO SOBRE ALGUNS ASPECTOS DO SEU TRABALHO.

	Concordo totalmente	Concordo mais que discordo	Discordo mais que concordo	Discordo totalmente
52. O ambiente é calmo e agradável onde trabalho.	☐ a	☐ b	☐ c	☐ d
53. No trabalho nos relacionamos bem uns com os outros.	☐ a	☐ b	☐ c	☐ d
54. Posso contar com apoio dos meus colegas de trabalho.	☐ a	☐ b	☐ c	☐ d
55. Se eu não estiver num bom dia, meus colegas compreendem.	☐ a	☐ b	☐ c	☐ d
56. No trabalho me relaciono bem com os meus chefes.	☐ a	☐ b	☐ c	☐ d
57. Gosto de trabalhar com meus colegas	☐ a	☐ b	☐ c	☐ d

SEÇÃO E - POR FAVOR, COLOQUE UM X NO QUADRADO CORRESPONDENTE ÀS QUEIXAS / PROBLEMAS DE SAÚDE QUE VOCÊ TEM APRESENTADO NOS ÚLTIMOS 30 DIAS (ÚLTIMO MÊS)

58. Tem dores de cabeça freqüentes?	☐ SIM	☐ NÃO
59. Tem falta de apetite?	☐ SIM	☐ NÃO
60. Dorme mal?	☐ SIM	☐ NÃO
61. Assusta-se com facilidade?	☐ SIM	☐ NÃO
62. Tem tremores de mãos?	☐ SIM	☐ NÃO
63. Sente-se nervoso(a), tenso(a) ou preocupado?	☐ SIM	☐ NÃO
64. Tem má digestão?	☐ SIM	☐ NÃO
65. Tem dificuldade de pensar com clareza?	☐ SIM	☐ NÃO
66. Tem se sentido triste ultimamente?	☐ SIM	☐ NÃO
67. Tem chorado mais do que de costume?	☐ SIM	☐ NÃO
68. Encontra dificuldades para realizar com satisfação suas atividades diárias?	☐ SIM	☐ NÃO
69. Tem dificuldades para tomar decisões?	☐ SIM	☐ NÃO

70. Tem dificuldades no serviço (seu trabalho é penoso, causa sofrimento)?	☐ SIM	☐ NÃO
71. É incapaz de desempenhar um papel útil em sua vida?	☐ SIM	☐ NÃO
72. Tem perdido o interesse pelas coisas?	☐ SIM	☐ NÃO
73. Você se sente uma pessoa inútil?	☐ SIM	☐ NÃO
74. Tem tido a idéia de acabar com a vida?	☐ SIM	☐ NÃO
75 Sente-se cansado(a) o tempo todo?	☐ SIM	☐ NÃO
76. Tem sensações desagradáveis no estômago?	☐ SIM	☐ NÃO
77. Você se cansa com facilidade?	☐ SIM	☐ NÃO

78. Você acha que as queixas ou problemas em que assinalou
SIM nas perguntas de 56 a 75 têm relação com o trabalho? SIM _____ NÃO _____ NÃO SEI _____

79. A SEGUIR, POR FAVOR, DESCREVA OS ASPECTOS DE SEU TRABALHO QUE MAIS O INCOMODAM E, OU O DEIXAM IN-SATISFEITA.

80. POR FAVOR, DESCREVA OS ASPECTOS DE SEU TRABALHO QUE MAIS LHE AGRADAM OU LHE DÃO SATISFAÇÃO.

É muito importante responder todas as perguntas. Por favor, confira se respondeu todas.

MUITO OBRIGADA.